

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR

31º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO: GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA DAS EMPRESAS PARANAENSES
LISTADAS NA B3.

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: PEÃO

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA DAS EMPRESAS PARANAENSES LISTADAS NA B3

RESUMO

Diante de uma economia cada vez mais globalizada e a mobilidade de capitais possibilitada pelas tecnologias de informação e comunicação, a transparência e governança corporativa vem se mostrando cada vez mais como um fator decisivo na captação de recursos para financiamentos de projetos e investimentos. Assim, no mundo corporativo é notório que financiadores, colaboradores e consumidores demandem informações das atividades da empresa em que estão diretamente ou indiretamente ligados. Em razão disso esse trabalho teve como objetivo mensurar e analisar a governança corporativa eletrônica das empresas de capital aberto sediadas no estado do Paraná que estão listadas na B3. Para isso usou-se, como método, o cálculo do Índice de Governança Corporativa Eletrônica (IGCE) presente em Mello e Zago (2012) e Zago (2014), os quais consideram 55 práticas de governança, divididas em cinco grupos: práticas de conteúdo; de serviços, de participação dos *shareholders e stakeholders*; de privacidade e segurança; e de usabilidade e acessibilidade. Após pesquisa e levantamento empírico encontrou-se 16 empresas paranaenses na B3, das quais a maioria (n=9) obteve IGCE alto, outras 3 mediano e 4 delas baixo. A partir da aplicação do IGCE, concluiu-se que o Paraná tem poucas empresas com capital aberto, porém mesmo com um percentual pequeno na participação nacional o Paraná ocupa o sexto lugar em números de empresas de capital aberto na Bolsa de Valores Brasileira. Com esse estudo ficou evidente que as empresas Paranaenses precisam melhorar as suas práticas de governança corporativa eletrônica, principalmente as que se referem à privacidade e segurança e à usabilidade e acessibilidade, para se tornarem mais atrativas aos investidores.

Palavras-chaves: Empresas de Capital Aberto; Governança Corporativa Eletrônica; *Shareholders*; *Stakeholders*.

ABSTRACT

In the face of an increasingly globalized economy and the mobility of capital made possible by information and communication technologies, transparency and corporate governance is showing itself as a decisive factor in fundraising for project and investment financing. Thus, in the corporate world, it is well known that financiers, employees and consumers demand information about the company's activities in which they are directly or indirectly linked. Therefore, this work aimed to measure and analyze the electronic corporate governance of publicly traded companies based in the state of Paraná that are listed on B3. For that, the method used was the calculation of the Electronic Corporate Governance Index (IGCE)

present in Mello and Zago (2012) and Zago (2014), which consider 55 governance practices, divided into five groups: content practices; services practices, participation of shareholders and stakeholders practices; privacy and security practices; and usability and accessibility practices. After research and empirical survey, 16 companies from Paraná were found in B3, of which the majority (n = 9) obtained a high IGCE, another 3 medium and 4 of them low. From the application of the IGCE, it was concluded that Paraná has few publicly traded companies, but even with a small percentage of national participation Paraná occupies the sixth place in numbers of publicly traded companies on the Brazilian Stock Exchange. With this study, it became evident that companies in Paraná need to improve their electronic corporate governance practices, especially those that refer to privacy and security and usability and accessibility, in order to become more attractive to investors.

Key words: Open Capital Companies; Electronic Corporate Governance; Shareholders; Stakeholders.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios que norteiam a governança corporativa	20
Quadro 2 - Resumo da classificação dos procedimentos metodológicos	26
Quadro 3 - Escala de referência.....	26
Quadro 4 -Práticas de conteúdo (pcon)	27
Quadro 5 -Práticas de serviço (pser).....	29
Quadro 6 - Práticas de participação dos shareholders e stakeholders (pss).....	30
Quadro 7- Práticas de privacidade e segurança (pps)	31
Quadro 8- Práticas de usabilidade e acessibilidade (pua)	33
Quadro 9 - Pesos das práticas de governança corporativa eletrônica	34
Quadro 10 - Empresas paranaenses listadas na b3	38
Quadro 11 - Websites cadastrados na b3 versus websites corretos.....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVO GERAL	11
1.1.1 Objetivos Específicos	11
2. APORTE TEÓRICO SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	13
2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	13
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA	14
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA ...	16
2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL.....	19
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	22
4. METODOLOGIA.....	25
4.1 O ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA: CONCEITOS E CÁLCULO.....	26
4.2 A COLETA DE DADOS	36
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA COM A DEFINIÇÃO DE SUAS ESCALAS UTILIZADAS POR ZAGO (2014)	58
APÊNDICE A – CONFIRMAÇÃO DE EXTRAÇÃO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 ATÉ ÀS 23 HORAS DE 17/07/2020.....	67
APÊNDICE B – RESULTADOS INDIVIDUAIS POR PRÁTICA DE GOVERNANÇA E POR EMPRESA.....	68

1. INTRODUÇÃO

O mercado financeiro demonstra que em uma economia globalizada os governos e empresas precisam se adaptar à nova realidade da era do conhecimento e da globalização para satisfazer as necessidades demandadas pelos agentes da sociedade. Neste âmbito, o dinamismo do mercado de capitais vem condicionando de maneira notória que a transparência e divulgação das informações sobre gestão é um fator fundamental para a sobrevivência das empresas, de tal forma que a evolução da informática e dos meios de comunicação, destacando-se a *internet*, definiram a utilização de novos modelos de relacionamento entre as companhias e seus *stakeholders*¹ (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2004; MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

De acordo com Ferreira (2012) as economias mais desenvolvidas do mundo têm seu crescimento ligado a um mercado de capitais que possui confiabilidade para os acionistas e para a sociedade. Por sua vez, Lopes e Martins (2007) corroboram o argumento e destacam que a busca de uma relação mais eficiente e transparente entre acionistas, gestores e as demais partes interessadas na organização deve ser o objetivo da governança corporativa, ou seja, é a sua responsabilidade e contribuição para a transparência do mercado.

A partir da década de 1980, o conceito de governança corporativa começou a ter maior representatividade no direito corporativo americano para exprimir a ideia do processo institucional que orientasse o acesso dos financiadores das empresas de capital aberto ao valor da empresa. No Brasil a adoção voluntária aos níveis diferenciados de governança corporativa estabelecido até então pela Bovespa prova que as companhias brasileiras estão realmente interessadas nas boas práticas de governanças corporativas (SÁ, 2003; BIRK; MORAES, 2012).

A Brasil, Bolsa, Balcão – B3 é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, sendo ela a bolsa de valores oficial do Brasil, surgida, em 2017, com a fusão da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos- CETIP, com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo- BM&F Bovespa.

¹ “Qualquer pessoa, entidade ou sistema que afeta ou é afetado pelas atividades de uma organização. Partes interessadas” (IBGC, 2015 p.13)

Desde 2018, levando em consideração as variações de entrada e saída, a B3 conta com aproximadamente 430 empresas listadas. Dessas, no dia 23 de abril de 2019, 141 estavam listadas no Novo Mercado o qual exige das empresas os mais altos níveis de governança corporativa (B3, 2018).

No que tange o papel de governança na gestão de um país, estado ou município, as tecnologias de informação e comunicação (TIC's), somadas ao ambiente regulatório e necessidade de transparência por parte do Estado possibilitaram a construção de uma nova relação entre governantes e sociedade, de modo que com a utilização da *internet* gerou-se condições para uma administração pública mais eficiente, democrática e transparente. Neste contexto, é com a participação dos indivíduos nas decisões tomadas pelo governo através de meios eletrônicos que surge o tema governança eletrônica (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005).

Para Mello (2009) a governança eletrônica, vai além da simples disponibilização de serviços *online*, principalmente no âmbito do governo em que uma vez na administração pública, ela contribui para uma maior participação da sociedade nas decisões tomadas.

No Paraná, é possível observar a existência de empresas de capital aberto em setores considerados chave para um desenvolvimento sustentável da economia (por exemplo, empresas do setor de energia, saneamento, logística, área de tecnologia e de crédito). Desta forma, a governança corporativa eletrônica pode ser considerada um tema relativamente novo, mas que se destaca por sua aplicabilidade e importância, principalmente no que se refere ao uso da *internet* para o fornecimento de serviços, informações e participação dos acionistas e demais partes interessadas no desenvolvimento e na rotina da empresa.

Tendo isso em vista a problemática que norteia esta pesquisa, eis que emerge uma questão: **qual é o Índice de Governança Corporativa Eletrônica das empresas listadas na B3 sediadas no estado do Paraná?**

Para Birk e Moraes (2012), a aplicação de uma boa governança corporativa leva de maneira natural a uma valorização da empresa, ou seja, existe um estímulo aos investidores a pagarem um ágio pela governança. Assim sendo, é possível destacar que com uma maior aplicação da governança corporativa eletrônica espera-se que haja um aumento da atratividade em aportar recursos por

parte dos investidores, em razão de uma maior confiança na companhia em questão, o que geraria uma maior procura pelas ações de tal companhia.

O problema levantado por esta pesquisa se justifica ainda pelo processo de globalização em que as empresas são induzidas à seguirem tendências mundiais para se manterem competitivas, divulgando seus atos de maneira cada vez mais transparente e compreensível no intuito de facilitar a relação com seus *stakeholders*. De acordo com Zago (2014), espera-se que quanto maior for o compromisso, responsabilidade e transparência da empresa diante da sociedade, tanto maior será a fidelidade de seus clientes e, conseqüentemente, contribuirá para a captação de recursos a fim de financiar suas atividades produtivas.

A possibilidade de uma boa governança corporativa eletrônica gerar grande valor às empresas, ao mercado de capitais e ao desenvolvimento regional do Estado do Paraná, fundamenta a necessidade da pesquisa sobre o tema, pois proporciona uma exposição da qualidade da governança corporativa eletrônica das empresas aqui estudadas que pode ser utilizada por elas para futuras tomadas de decisão mais assertivas.

Isto posto, cabe a apresentação da estrutura dos objetivos que essa pesquisa intentou cumprir.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa científica foi o de mensurar e analisar o Índice de Governança Corporativa Eletrônica das empresas sediadas no Estado do Paraná que estão listadas na B3.

1.1.1 Objetivos Específicos

Especificamente esta pesquisa objetivou:

- a) Realizar um levantamento teórico e empírico sobre governança corporativa;

- b) Identificar as empresas paranaenses de capital aberto listadas na B3 com sede no Estado do Paraná;
- c) Mensurar o Índice de Governança Corporativa Eletrônica, e;
- d) Analisar o Índice de Governança Corporativa Eletrônica.

O presente trabalho está subdividido em seis partes, sendo elas: a (I) introdução, na qual se apresenta brevemente o tema do trabalho, além da apresentação do problema, justificativa, objetivo geral e específicos. Na sequência aborda-se a (II) revisão teórica e, posteriormente, (III) a revisão de literatura. Depois os (IV) procedimentos metodológicos, contendo a descrição do método e da base de dados utilizada. A (V) análise e discussão dos resultados compõem a quinta parte do trabalho. E, por fim, as (VI) considerações finais, que sumariza o trabalho.

2. APORTE TEÓRICO SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com Birk e Moraes (2012), não existe uma definição única na literatura que compreende de maneira objetiva o que é a governança corporativa (GC), mas diversos estudos e trabalhos na área corroboram que a GC representa uma série de mecanismos que visam a maximização do valor das corporações no longo prazo, por meio do melhoramento do processo de gestão e tomada de decisões.

A governança corporativa vem sendo cada vez mais um aspecto fundamental no mundo dos negócios. Há várias definições de governança corporativa na literatura. Para Solomon (2004) a definição estrita de governança corporativa foca as companhias e seus acionistas (*shareholders*); já a definição ampla do termo incorpora a responsabilidade das empresas em relação a muitos grupos ou partes interessadas (*stackholders*).

Isto posto, Monks e Minow (2004) complementam que a GC tem um sentido mais amplo do que muitas vezes é relatado, e que a mesma possui em seu alicerce boas práticas de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, de tal modo que, para alcançar tais resultados a empresa deve ser guardiã dos direitos entre os *shareholders* e *stakeholders*, possuir um sistema de relações, com direção e monitoramento das práticas, tendo claro sua estrutura de poder, com sucessão planejada e direcionamento estratégico além de um sistema normativo com conduta ética.

Os *stakeholders* podem ser divididos em dois grupos, dos quais: o primeiro possui relações formais e contratuais diretas com a empresa, como pode ser observado no caso dos clientes, fornecedores, empregados, acionistas entre outros; e no segundo os agentes não possuem tais contratos e obrigações formais, mas podem impactar as decisões a serem tomadas por parte da empresa, como é o caso de governos, comunidade local, consumidores, etc.; Deste modo, uma empresa pode ser entendida como uma rede de relações, explícitas e implícitas em ambientes internos e externos, impondo cada vez mais aos acionistas e proprietários das empresas a necessidade de dar mais atenção aos interesses de

grupos distintos de agentes que influenciam e são influenciados, não mais focalizando apenas nos seus próprios interesses (CLARKSON, 1995).

Conforme o documento “*Using the OECD Principles of Corporate: a Boardroom Perspective*” da OECD (2008), a governança corporativa conceitualmente pode ser definida como um grande conjunto de relações entre a administração de uma empresa, seu conselho de administração, seus acionistas e seus *stakeholders*, cuja mesma tem como finalidade proporcionar a estrutura que define os objetivos da empresa, como atingi-los e auxiliar a fiscalização de seu desempenho.

Nesse sentido, Ramos e Martinez (2005) explicam que a governança corporativa é um conjunto de práticas e relacionamentos entre todas as partes interessadas da empresa, sejam elas internas ou externas, que tenham como objetivo a valorização dos ativos da companhia, promovendo a transparência, direito dos acionistas, equidade de tratamento com os acionistas e prestação de contas.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA

O século XXI tem se destacado como um período de transição e de grandes mudanças tecnológicas. Evidencia-se que as inovações tecnológicas em diferentes âmbitos são difundidas mais rapidamente, e a informação e o conhecimento são vistos como forças propulsoras para tal disseminação de inovações. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) proporcionaram condições e uma base material para uma nova economia informacional (LASTRES; ALBAGLI, 1999; MARTINS; RAMOS, 2008).

Segundo Martins e Ramos (2008), destaca-se que o avanço das TIC's ocasionou o aumento do fluxo e circulação de informações, que contribuíram para a transformação da sociedade contemporânea na denominada sociedade da informação e do conhecimento.

Governos e empresas tiveram que se adaptar para se beneficiarem do potencial das redes, utilizando das novas tecnologias, em especial, a *internet*, para promover a transparência e a eficiência de sua administração, ou seja, para suprir as novas demandas da sociedade informatizada, que anseia pela qualidade dos

serviços e simplificação dos processos e procedimentos, bem como deseja conhecer e fiscalizar as ações estatais no que tange à gestão pública (BEUREN; MOURA; KLOEPPEL, 2013).

Segundo Mello (2009) o termo governança eletrônica não exprime um conceito único ou aceito de maneira definitiva, mas várias definições que variam de acordo com o ponto de partida do pesquisador. A governança eletrônica ou e-governança é um conceito e uma prática, que pode ser caracterizada pela materialização de processos e estruturas a fim de explorar as potencialidades das TIC's e alcançar a "boa governança", em vários níveis governamentais e sociais(OKOT-UMA, 2000).

Para Rezende e Frey (2005) a governança eletrônica pode ser entendida como a aplicação dos recursos da tecnologia da informação (TI) na gestão pública, de tal forma que sua aplicação é focada em atividades e ações de governo, seja de governo para governo ou, em especial, de governo para com a sociedade e seus indivíduos.

Cunha, Duclós e Barbosa (2006) afirmam que o termo governança eletrônica passou a ser empregado na aplicação das TIC's na governança pública, cuja utilização representa uma alternativa categórica para a comunicação com a sociedade em geral e contribui de maneira significativa em três grandes áreas:

"A) e-Administração Pública, melhoria dos processos governamentais e do trabalho interno do setor público com a utilização das tecnologias de informação e comunicação; B) e-Serviços Públicos, melhoria na prestação de serviços ao cidadão; C) e-Democracia, maior participação do cidadão, mais ativa, possibilitada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de tomada de decisão" (CUNHA; DUCLÓS; BARBOSA, 2006, p.4).

A era da informação, sob a forma de TICs, têm alterado a face da governança corporativa, pois podem ser utilizadas de uma forma sustentável para facilitar as operações das empresas, bem como envolver as partes interessadas, melhorando a eficiência e transparência de suas operações e serviços (ZAGO; MELLO, 2016).

Desta forma, Mello e Zago (2012) enfatizam que a governança corporativa eletrônica pode ser obtida a partir da relação entre a governança corporativa e governança eletrônica, sendo compreendida pelo uso das TIC's, em especial a *internet*, para uma melhor maximização dos serviços e informações dentro das

empresas, além de proporcionar a participação mais ativa dos acionistas e demais partes interessadas na companhia.

Mello (2009) sugere que a governança corporativa eletrônica possui praticamente os mesmos objetivos que a governança eletrônica, porém enquanto a primeira procura sanar o problema de agência nas empresas, a segunda procura sanar no setor público. O autor destaca para o setor público que o objetivo da governança eletrônica é a minimização dos “problemas de agência no ambiente governamental, reduzindo a assimetria informacional entre o agente (gestor público) e o principal (cidadão)” (MELLO, 2009, p.25), além de reduzir os custos de transação. Ainda, para o autor, o problema de agência nas empresas ocorre entre o agente (gestor) e o principal (acionista), sendo que a origem do problema é a divergência de interesses decorrentes da separação entre propriedade e gestão nas empresas.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

O panorama dos anos 1980 apresentou de maneira proeminente uma mudança de paradigma no campo da administração a partir do surgimento de novas formas de corporações, de tal modo que incluem parcerias estratégicas e redes organizacionais. O acirramento da concorrência, somado aos rápidos avanços da tecnologia de informação e, principalmente, a globalização da economia contribuíram como catalisadores no desenho de um novo ambiente de negócios (WEBSTER, 1992).

Segundo Campos e Canavezes (2007) e Netto (2007), o mercado globalizado demanda novas diretrizes para a atuação empresarial, em que a liberalização do comércio internacional acarreta uma maior competitividade, resultando em fortes implicações na gestão empresarial. Assim sendo, empresários e tomadores de decisões se adaptaram e adotaram práticas que permitiram a aplicação e criação de valor, flexibilidade e aprendizagem, tecnologia da informação, multifuncionalidade e formação de redes. A partir do estreitamento dos relacionamentos intra e interorganizacionais, a globalização incorpora normas seletivas de investimentos.

Para Botelho et al. (2015), a abertura econômica durante uma época de

grande crescimento do capitalismo somado ao desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, contribuíram para simplificar o processo de se relacionar em longas distâncias, o que possibilitou também a globalização financeira.

Essa globalização financeira é um processo de interligação dos mercados de capitais em nível nacional e internacional, conduzindo ao aparecimento de um mercado unificado do dinheiro à escala planetária, ou seja, investidores residentes em um determinado país podem adquirir produtos financeiros localizados em outros países, auferindo melhores rendimentos e oferecendo recursos essenciais às empresas (PLIHON, 2007).

O sistema de produção capitalista possibilitou uma grande oferta e opções de produtos no mercado, que proporcionam aos consumidores a possibilidade de serem seletivos em suas escolhas. Para atrair esses consumidores e clientes mais exigentes, as empresas se adaptam e constroem modelos sociais e ambientalmente sustentáveis de produção e consumo (INSTITUTO AKATU, 2005).

Correia e Amaral (2006) destacam que em mercados competitivos, as empresas são constantemente condicionadas a melhorar sua eficiência e competitividade para se manterem na atividade. Uma das variáveis determinantes no desenvolvimento das companhias é o acesso a fontes alternativas de capital, utilizadas para suprir as exigências de recursos para os investimentos produtivos. A obtenção de tais recursos está condicionada à forma de gestão, ou seja, é importante que a empresa seja gerida em conformidade aos princípios que caracterizam uma prática adequada de governança corporativa.

De acordo com Fonseca e Silveira (2016), a adoção nas empresas de melhores práticas de GC resulta em uma redução do custo de capital e, conseqüentemente, amplia a captação de recursos para investimentos, de tal maneira que suaviza o problema do financiamento empresarial.

Ainda para os autores, por sua relevância no que tange à dinâmica de uma economia de mercado, a governança corporativa consiste em um fator essencial à alocação eficiente de recursos e vem se destacando nas pesquisas desenvolvidas no âmbito das finanças corporativas.

A governança corporativa tem sido discutida e abordada nas áreas de direito, economia, contabilidade e finanças, tanto no meio acadêmico quanto no

ambiente empresarial. A importância e interesse pelo tema é dado em função das mudanças ocorridas no cenário mundial nas últimas décadas, principalmente devido a escândalos corporativos (NASSIFF; SOUZA, 2013).

O movimento pela governança corporativa começa a despontar em meados da década de 1980 nos Estados Unidos, onde grandes investidores institucionais mobilizaram-se contra algumas corporações que eram administradas de maneira desarmônica, em detrimento dos acionistas (LOPES; MARTINS, 2007).

Diversas práticas de governança corporativa foram desenvolvidas nacional e internacionalmente sendo possível aplicá-las não apenas em grandes empresas, mas também em empresas familiares e organizações de naturezas diversas. Porém, ainda que existam normas impostas por instituições financeiras, órgãos reguladores, bolsa de valores e legislações, a adoção de práticas de governança corporativa é voluntária, de tal forma que cabe às empresas a decisão de incorporar ou não as recomendações elaboradas (CVM, 2014).

Para Almeida et al. (2010), o conceito de GC e sua aplicação não se restringe apenas às empresas de grande porte que possuem capital aberto e estão listadas em bolsa de valores, mas compreende todas as empresas que buscam uma relação de transparência e confiança com as partes com que mantêm algum relacionamento.

De acordo com Oliveira et al. (2016), tem-se como uma vertente aceita que a governança corporativa surgiu para superar um conflito de agência clássico, no qual o proprietário (acionista) delega a um agente especializado para gerir a empresa (gestor) o poder de decisão (nos termos da lei). Neste sentido, a GC busca superar e antecipar possíveis divergências que podem surgir durante o processo de condução da empresa, pois os gestores detendo informações privilegiadas acerca do negócio podem utilizá-las em benefício próprio, surgindo assim um conflito de interesse.

Para Lopes (2010) um ponto a ser analisado dentro de uma empresa é a influência de interesses próprios na tomada de decisão, sendo este um dos principais motivos da dificuldade em alinhar os interesses de gestores e acionistas. Ainda para o autor, a GC surge então como resposta à expropriação da riqueza dos acionistas pelos gestores e à indução de decisões de acionistas controladores sobre os minoritários.

De acordo com organizações multilaterais, destacando-se a Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e o G7 (grupo das mais avançadas nações industriais do mundo), a governança corporativa emerge como um dos pilares da arquitetura econômica global, bem como um dos instrumentos determinantes para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: a econômica, a ambiental e a social (COVA; SANTOS, 2007).

Para Ariff, Ibrahim e Othman (2007) um dos diferenciais da governança corporativa no mercado de capitais é fornecer para os interessados, informações relevantes que auxiliem em sua tomada de decisões. Para além da saúde financeira e do desempenho das companhias, os investidores precisam saber como essas companhias estão sendo administradas, de maneira que a qualidade das práticas de governança corporativa pode ser vista como uma fonte de informação que fornece um critério adicional para a tomada de decisão e torna seu papel mais atrativo na visão do mercado.

Lopes e Martins (2007) relatam um estudo realizado na Europa, Ásia e América Latina. O objetivo da pesquisa conduzida pela *McKinsey Company*² foi identificar se os investidores estavam dispostos a pagar mais pelas ações de uma empresa com boas práticas de governança corporativa. Os resultados mostraram que mais de 80% dos entrevistados estariam dispostos a pagar mais por uma empresa com boas práticas de governança corporativa. Ainda, três quartos dos investidores entrevistados consideraram a governança tão importante quanto o desempenho financeiro da companhia.

2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

No Brasil, de acordo com a CVM (2014), as discussões do tema de GC começaram em 1995, com a criação de um instituto privado voltado para a temática. Posteriormente, em 1999, sua denominação foi alterada para Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

²A *McKinsey & Company*, é conhecida mundialmente por ser uma firma global de consultoria estratégica, que presta serviços a clientes dos mais diversos segmentos, no setor privado e no setor público (ANDEREZ, 2014).

A fim de estimular o uso consciente e efetivo dos instrumentos de governança no Brasil o IBGC desenvolveu o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, cuja finalidade é fornecer diretrizes para sua aplicabilidade, contribuindo para um ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente (IBGC, 2015).

Segundo o IBGC (2015), a GC é um sistema de empresas e organizações que são dirigidas, monitoradas e incentivadas, que envolve as relações entre os sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e as demais partes interessadas que impactam e são impactadas pelas decisões tomadas.

A governança corporativa costuma basear-se em princípios. No Brasil, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa é utilizado como referência, sendo orientado por quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (CVM, 2014), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios que norteiam a governança corporativa

Transparência	Disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos
Equidade	Tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders)
Prestação de Contas	Sócios, administradores, conselheiros fiscais e auditores devem prestar contas de sua atuação, assumindo as consequências de seus atos e omissões.
Responsabilidade Corporativa	Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações.

Fonte: elaborado pelo autor com base em informações do IBGC (2015, p.20-21).

Para Fonseca e Silveira (2016), a iniciativa de modernizar e dar transparência entre as companhias brasileiras de capital aberto e investidores partiu da demanda do setor privado, por meio da criação de segmentos especiais de listagem de empresas pela Bovespa (atualmente, B3) – Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM).

A fim de promover e reconhecer as boas práticas de governança, tais seguimentos possuíam caráter voluntário de adesão. Porém, as empresas deveriam cumprir determinadas normas pré-estabelecidas para se enquadrar em

um dos segmentos de listagem. Essas normas teriam como objetivo garantir aos investidores um nível mínimo de transparência, respeito aos direitos dos acionistas e responsabilidades dos administradores (FONSECA e SILVEIRA, 2016).

A adoção voluntária de práticas diferenciadas de GC pelas empresas evidencia uma preocupação das companhias em se manterem competitivas no mercado, adequando-se às expectativas e demandas dos agentes econômicos, de forma que a listagem da empresa em um dos níveis diferenciados se tornou uma exigência dos próprios investidores (FERREIRA, 2012).

3. REVISÃO DE LITERATURA

Lopes (2010) analisou os processos de gestão das empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA (atualmente, B3). Foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem essencialmente qualitativa, cuja coleta de dados foi baseada na aplicação de um questionário eletrônico fechado aos profissionais que atuavam na área de Relações com os investidores (RI). A autora concluiu que, embora a maior parte das empresas seguissem os padrões de governança corporativa, tais padrões não excediam os limites legais mínimos.

Com a finalidade de esclarecer os princípios de governança corporativa em setores públicos, Santos et al. (2012), realizaram um trabalho sobre a gestão de recursos do Reuni (Plano de reestruturação e expansão das universidades) na Universidade Federal de Pernambuco. Os dados foram analisados a partir do pressuposto das recomendações de comportamento, estrutura e processos organizacionais, controle e relatórios de gestão. Segundo os autores, os resultados sugerem que houve a percepção dos princípios de governança aplicados ao setor público.

Cuffa et al. (2016), desenvolveram um trabalho sobre governança corporativa eletrônica na gestão do conhecimento voltado para a gestão corporativa. Utilizaram metodologias quantitativas (regressão linear) para o tratamento dos dados. Com base em outros trabalhos os autores observaram que a governança corporativa eletrônica apresentou um impacto positivo sobre gestão de conhecimentos.

Barros, Silva e Voese (2015), realizaram um estudo sobre a relação entre o custo da dívida de financiamentos com a governança corporativa no Brasil. Os autores verificaram que a adoção de técnicas da governança corporativa pode influenciar positivamente a redução de custo de financiamento de dívidas de curto e longo prazo no Brasil.

Bortoluzzi, Leismann e Johann (2016) a fim de analisar a percepção das boas práticas de governança corporativa aos olhos de gestores e colaboradores da Cooperativa Agroindustrial Consolata – Copacol realizaram um estudo quantitativo descritivo e concluíram que existe uma notória representatividade da governança corporativa adotada pela Copacol. Porém, salientaram a existência de

uma lacuna a ser preenchida na literatura de governança corporativa aplicável em organizações cooperativas.

Para verificar a relevância das práticas diferenciadas de governança corporativa da BM&FBOVESPA na explicação das variações do valor das empresas, Silva e Martins (2015) estimaram uma regressão linear múltipla, cujas variáveis foram o preço das ações (endógena) e as práticas diferenciadas de governança corporativa (exógena). A análise foi restringida às empresas integrantes do Índice Brasil (IBrX) durante os anos de 2010 a 2012. Os autores concluíram que 6 das 13 variáveis explicativas de governança estiveram relacionadas de forma significativa com o valor de mercado das empresas.

Basilio et al. (2014) realizaram um estudo de caso na Eletrosul Centrais Elétricas S.A, uma empresa mista de capital fechado, cujo objetivo foi avaliar como a governança corporativa ocorre na empresa. Os autores utilizaram uma abordagem qualitativa-descritiva, que consistiu, segundo os autores, em uma pesquisa teórica. De acordo com os resultados, a Eletrosul apresentou uma melhora ao longo do tempo em seu modelo de gestão e se adequou às práticas de governança corporativa em conformidade com o código criado pelo IBGC. Constatou-se ainda que sua estrutura organizacional não se restringisse apenas às estruturas de governança mínimas exigidas pela legislação.

Já Muritiba et al. (2016) realizaram um estudo de caso para enfatizar a importância da governança corporativa em empresas familiares, evidenciando o problema da sucessão que afeta várias empresas familiares brasileiras. Segundo os autores, a utilização de direcionamentos das boas práticas de governança contribui para o processo de sucessão, destacando-se a separação dos interesses que não condizem com o desenvolvimento da empresa e o estabelecimento de um conselho de administração, gestor financeiro e um conselho independente.

Zago e Mello (2016) analisaram a influência da governança corporativa eletrônica no desempenho econômico e financeiro das empresas listadas no índice BOVESPA, nos anos de 2012 a 2014. A metodologia utilizada consistiu em uma regressão com dados em painel com base em dados obtidos nos *websites* das empresas. Os autores constataram que quanto mais práticas de governança corporativa eletrônica forem implantadas e mais completas elas forem, maior poderá ser a expectativa de retorno sobre o investimento e menor será o risco.

Neste sentido, a revisão de literatura corrobora com o fato de a governança corporativa ser um tema que vem se destacando nos últimos anos por sua aplicabilidade em benefício das organizações e flexibilidade para atender os interesses tanto de empresas públicas, como privadas de capital aberto, misto cooperativas e empresas familiares.

Para mensurar a governança corporativa eletrônica das empresas listadas no Ibovespa, Mello e Zago (2012) realizaram uma pesquisa bibliográfica identificando cinco grupos de principais práticas de governança. A partir disso, os autores propuseram um Índice de Governança Corporativa Eletrônica, calculado por meio de uma escala de 0 a 3 pontos que indica o grau de cumprimento de cada prática desses cinco grupos citados. Por meio da análise do índice, os autores identificaram que a empresa Natura, em 2012, apresentou o maior percentual de práticas implantadas (65%).

Deste modo, nesta pesquisa aplicou-se a metodologia dos autores supracitados para verificar os índices de governança corporativa eletrônica das empresas de capital aberto sediadas no estado do Paraná.

4. METODOLOGIA

A fim de verificar o nível de governança corporativa eletrônica das empresas de capital aberto com CNPJ do Paraná, foi aplicada a metodologia de Mello e Zago (2012) e Zago (2014) para o cálculo do Índice de Governança Corporativa Eletrônica (IGCE). Esse método foi utilizado por Zago e Mello (2016) para analisar as empresas listadas no Índice Bovespa de 2012 a 2014, verificando a influência do IGCE no desempenho financeiro das empresas. O método também foi utilizado por Cuffa et al. (2016) para verificar a gestão do conhecimento. O fato de esse trabalho se basear nesses e outros autores para explicar sobre o seu objeto de estudo e utilizar de um padrão pré-estabelecido de cálculo do IGCE, torna essa uma pesquisa bibliográfica.

Os objetivos aqui cumpridos tornam, por outro lado, essa pesquisa em descritiva, por buscarem descrever as características de governança de um grupo de empresas que têm algo em comum, no caso, estarem listada na B3. Já por essas empresas terem sede no Estado do Paraná, houve a “escolha do sujeito” e, sendo assim, compreende-se, também, de acordo com Gil (2008) que, quanto à classificação, trata-se de um estudo de caso.

Além disso, é uma análise qualitativa e quantitativa, porque avalia as práticas de governança corporativa no meio eletrônico através da coleta de dados nos *sites* disponibilizados por cada empresa no cadastro da B3, conferindo e analisando a existência ou não de elementos que não são quantitativos, como elementos documentais, visuais, sonoros, de acessibilidade, entre outros, ao mesmo tempo em que atribui uma nota de escala para esses elementos a qual possibilita medir e calcular a governança corporativa eletrônica dessas empresas.

Ainda de acordo com Gil (2008), no que concerne ao método de coleta dos dados, este é observacional, pois o pesquisador deve observar os sujeitos desse estudo – sites das empresas paranaenses listadas na B3 – para identificar e mensurar os dados primários a serem analisados. Também se aplica neste momento a análise de conteúdo, pois é “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”

(GIL, 2008, p. 152).O quadro 2 apresenta o resumo do que foi exposto nesta seção.

Quadro 2 - Resumo da classificação dos procedimentos metodológicos

Classificação quanto aos objetivos da pesquisa	Classificação quanto à natureza da pesquisa	Classificação quanto à escolha do sujeito	Classificação quanto à técnica de coleta de dados	Classificação quanto à técnica de análise de dados
Descritiva.	Qualitativa; Quantitativa.	Estudo de caso.	Observacional.	IGCE; Análise de Conteúdo.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Gil (2008).

Nos próximos subitens estão expostos o processo de cálculo do IGCE e os procedimentos de coleta dos dados analisados.

4.1 O ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA: CONCEITOS E CÁLCULO

O IGCE é composto por 55 práticas que foram coletadas nos *sites* institucionais das empresas. Para o cálculo foi escolhida a escala (pesos) adotada por Holzer e Kim (2005), Mello (2009) e Mello e Zago (2012).

Zago e Mello (2016) afirmam que a governança corporativa eletrônica é formada por 55 práticas divididas em cinco grupos, sendo eles: a) Conteúdo; b) Serviços; c) Participação dos *shareholders* e *stakeholders*; d) Privacidade e Segurança; e) Usabilidade e Acessibilidade.

A fim de minimizar o problema de interpretação de escala do índice, utilizou-se as escalas de referência criadas por Mello e Zago (2012), (Quadro 3), que são a base das possíveis respostas do questionário aplicado nos *websites* das empresas disponível no Anexo 1 –Questionário de práticas de governança corporativa eletrônica com a definição de suas escalas.

Quadro 3- Escala de referência

Escala	Descrição
0	Prática não identificada.
1	Existem algumas informações sobre a prática.
2	A prática está implantada, mas de maneira incompleta.
3	A prática está totalmente implantada.

Fonte: Mello e Zago (2012).

A seguir são explicadas as práticas que foram avaliadas nos *websites* das empresas paranaenses e seu respectivo impacto no índice.

a) **Conteúdo**

De acordo com o IBGC (2015), é por meio de uma política clara de comunicação e de relacionamento com as partes interessadas que a organização deve divulgar, inclusive em seu *website*, de forma completa, objetiva, tempestiva e igualitária os relatórios periódicos informando sobre todos os aspectos de sua atividade empresarial, até mesmo os de ordem socioambiental. As informações devem ser prestadas de forma clara, concisa e em linguagem acessível ao público-alvo. Os *websites* e outras tecnologias devem ser explorados para buscar a rapidez e a ampla difusão de tais informações.

Deve-se anunciar nos *websites* as operações com partes relacionadas, os custos das atividades políticas e filantrópicas, remuneração dos administradores e riscos, além das informações econômico-financeiras e as demais exigidas por lei. Além disso, a política da empresa deve informar a promoção e o financiamento de projetos filantrópicos, culturais, sociais e ambientais, apresentando uma relação explícita com o negócio da organização ou que venha a contribuir, de forma facilmente identificável, para a geração de seu valor (IBGC, 2015).

Deste modo, a prática de conteúdo por parte da empresa é abordada em termos de acesso às informações de contato; o acesso aos documentos, bem como o acesso às informações sensíveis de multimídia, recursos humanos e a ofertas de empregos. Assim como em Mello e Zago (2012), também se utilizou nesta pesquisa as 9 práticas de conteúdo, denominadas de PCon (QUADRO 4):

Quadro 4 -Práticas de conteúdo (PCon)

Práticas de Conteúdo	Descrição	Autores
Prática de Conteúdo 1 - PCon1	Disponibilizar uma lista de <i>links</i> de órgãos internos com a localização dos escritórios, agências, setores etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes, etc.	(HOLZER; KIM, 2005; SCHUELE, 2005).
Prática de Conteúdo 2 - PCon2	Disponibilizar estatuto social (contrato social), atas de reuniões, códigos e políticas de dividendos.	(HOLZER; KIM, 2005).

Continua

Prática de Conteúdo 3 - PCon3	Disponibilizar as informações financeiras, relatórios contábeis, gráficos, históricos de cotações, etc.	(OECD, 2001; EISENBERG, 2004; ROSE, 2004; KNIGHT E FERNANDES, 2006; BRAGA, 2007).
Prática de Conteúdo 4 - PCon4	Disponibilizar as informações sobre recursos humanos, políticas, incentivos, etc.	(CHAHIN et al., 2004; FERNANDES, 2004; HOLZER; KIM, 2005; BRAGA, 2007).;
Prática de Conteúdo 5 - PCon5	Permitir a cópia de documentos públicos por meio de impressão, <i>download</i> , etc.	(HOLLIDAY, 2002; HOLZER; KIM, 2005);
Prática de Conteúdo 6 - PCon6	Publicar ofertas de emprego, treinamentos e recursos encaminhamento de currículo pelo interessado.	(HOLZER; KIM, 2005; TRIPATHI, 2007);
Prática de Conteúdo 7 - PCon7	Disponibilizar calendário de eventos da empresa, um quadro de anúncios informativos etc.	(HOLZER; KIM, 2005; TRIPATHI, 2007; NAVARRO et al., 2007);
Prática de Conteúdo 8 - PCon8	Disponibilizar informações com a atribuição de responsabilidade formal pelo conteúdo e pela atualização das páginas.	(CHAHIN et al., 2004).
Prática de Conteúdo 9- PCon9	Disponibilizar em seu <i>site</i> os arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc.	(HOLZER; KIM, 2005).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello e Zago (2012, p. 7-8).

b) Serviços

Para Venetianer (2000) o desenvolvimento de processos de serviços e negócios por meio da automação almejam melhor atendimento aos clientes e demais parceiros de negócios, incluindo o canal de vendas e os fornecedores. O autor ainda destaca que a capacitação das transações objetiva a disponibilização de recursos para a transação de qualquer mercadoria ou serviço utilizando a *internet* como meio.

De acordo com Zago e Mello (2016) o grupo de práticas de serviços possibilita a verificação dos programas/*sites* interativos que permitem aos usuários comprar ou pagar por tais produtos, além de possibilitar aos consumidores a aplicação e registro em eventos ou serviços de maneira *online*, assim como, possibilita o acesso a informações privadas utilizando senhas e mecanismos de submissão de queixas e denúncias.

Assim sendo, Mello e Zago (2012) apresentam 10 práticas de serviços que também foram utilizadas nesta pesquisa (QUADRO 5).

Quadro 5 -Práticas de serviço (PSer)

Práticas de Serviço	Descrição	Autores
Prática de Serviço 1 - PSer1	Disponibilizar <i>e-mails</i> , telefones e endereços para solicitar informações.	(EISENBERG, 2004; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Serviço 2 - PSer2	A página principal deve ser personalizada para facilitar o acesso dos interessados aos serviços.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Serviço 3 - PSer3	Permitir o acesso a informações privadas utilizando senhas, como em cadastros de fornecedores, clientes, colaboradores, etc.	(SILVA FILHO; PEREZ, 2004; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Serviço 4 - PSer4	Permitir o acesso a informações relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade, etc.	(TRIPATHI, 2007).
Prática de Serviço 5 - PSer5	Identificar o responsável ou gerenciador do <i>site</i> para possível contato ou responsabilização.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Serviço 6 - PSer6	Disponibilizar um mecanismo para submissão, monitoramento e eliminação de queixas/denúncias.	(TRIPATHI, 2007).
Prática de Serviço 7 - PSer7	Disponibilizar o registro de fornecedores, clientes, colaboradores para serviços <i>on-line</i> .	(CHAHIN et al., 2004; TORRES et al., 2006).
Prática de Serviço 8 - PSer8	Permitir identificar as formas de adquirir os produtos, como posto de vendas, representantes comerciais, etc.	(CHAHIN et al., 2004; TORRES et al., 2006).
Prática de Serviço 9 - PSer9	Possui um mecanismo de vendas <i>on-line</i> .	(DINIZ, 1999).
Prática de Serviço 10 - PSer10	Possuir um mecanismo de consulta dos produtos vendidos pelas empresas.	(DINIZ, 1999).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello e Zago (2012, p. 8).

c) Participação dos *shareholders* e *stakeholders*

O aumento da competição no setor de atuação da empresa, em razão do processo de internacionalização da economia e da globalização dos mercados financeiros, pressiona as corporações no sentido de melhorarem o seu relacionamento com os *shareholders* e *stakeholders* (LAMEIRA; NESS JUNIOR; MACEDO-SOARES, 2007).

Para Clarkson (1995) e Birk e Moraes (2012) um dos principais objetivos da estrutura de governança é proteger os direitos dos *shareholders* que são os acionistas, e os *stakeholders* que representam um leque de diferentes agentes econômicos. Essa abrangência mostra a importância para a empresa de

aprofundar o relacionamento com os agentes de maneira estratégica no curto, médio e longo prazo.

Para manter uma boa relação com as partes interessadas, Mello e Zago (2012) destacam 9 práticas relacionadas à participação dos *shareholders* e *stakeholders*, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Práticas de participação dos *shareholders* e *stakeholders* (PSS)

Práticas de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i>	Descrição	Autores
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 1 - PSS1	Possuir um boletim informativo <i>on-line</i> .	(HOLZER; KIM, 2005);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 2 - PSS2	Disponibilizar informações de governança corporativa.	(HOLZER; KIM, 2005);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 3 - PSS3	Disponibilizar um <i>e-mail</i> para contato, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para a resposta, o que fazer se a resposta não for recebida e uma cópia da sua mensagem original.	(CLIFT, 2003; HOLZER; KIM, 2005; NAVARRO et al., 2007);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 4 - PSS4	Disponibilizar um quadro de anúncios, bate-papo, fórum de discussão, grupos de discussão, <i>chats</i> etc., para discutir questões relacionadas aos investidores, fornecedores, clientes etc., facilitando o diálogo entre as empresas e partes interessadas.	PANZARDI et al., (2002); CLIFT, (2003); CHAHIN et al., (2004); NAVARRO et al., (2007); BRAGA, (2007);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 5 - PSS5	Disponibilizar a agenda de eventos corporativos.	(CLIFT, 2003; HOLZER; KIM, 2005; NAVARRO et al., 2007);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 6 - PSS6	Fazer pesquisas ou sondagens, breves ou mais detalhadas, de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões, para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura de governança corporativa.	(CLIFT, 2003; HOLZER; KIM, 2005; BERTOT; JAEGER, 2008);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 7 - PSS7	Disponibilizar um canal específico para encaminhamento de denúncias.	(KNIGHT; FERNANDES, 2006);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 8 - PSS8	Disponibilizar uma relação dos integrantes do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria executiva, com informações e formas de contatos.	(TORRES et al., 2006);
Prática de Participação dos <i>Shareholders</i> e <i>Stakeholders</i> 9 - PSS9	Disponibilizar a estrutura e as funções da empresa contatos.	(TORRES et al., 2006).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello e Zago (2012, p. 9).

d) **Privacidade e Segurança**

É imprescindível que organizações tenham responsabilidade social ao lidar com os dados das pessoas que navegam nos seus *websites*, caso contrário, podem sofrer complicações no plano legal e no plano ético, prejudicando não somente a sua imagem e reputação, mas também das pessoas envolvidas. Assim, é de extrema importância a preservação de sigilo sobre alguns fatores e dados confidenciais (CHEN, 2009).

Com prática de privacidade e segurança pode-se analisar as políticas de privacidade e as questões relacionadas à autenticação, diminuição da divulgação de informações pessoais e revisão das informações por parte das corporações. Mello e Zago (2012) apresentam 8 práticas relacionadas a privacidade e segurança, as quais estão demonstradas no quadro 7, a seguir.

Quadro 7- Práticas de privacidade e segurança (PPS)

Práticas de Privacidade e Segurança	Descrição	Autores
Prática de Privacidade e Segurança 1 - PPS1	Declarar a política de privacidade no <i>site</i> , descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.	(BONETT, 2004; PARREIRAS; CARDOSO; PARREIRAS, 2004; HOLZER; KIM, 2005; SCHUELE, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 2 - PPS2	Permitir diminuir a divulgação de informações pessoais, dispondo da possibilidade de entrar e sair do fornecimento das informações.	(HOLZER; KIM, 2005; SCHUELE, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 3 - PPS3	Permitir que o usuário revise os dados pessoais e conteste os registros de informações incompletas ou erradas.	(HOLZER; KIM, 2005; SCHUELE, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 4 - PPS4	Informar as práticas antes de qualquer informação pessoal ser coletada, evidenciando a entidade que está obtendo a informação, o propósito do recolhimento, potenciais recebedores, natureza da informação, meios de coleta, se as informações são voluntárias ou obrigatórias e consequência do não fornecimento.	(SCHUELE, 2005).

Continua

Prática de Privacidade e Segurança 5 - PPS5	Limitar o acesso de dados e garantir que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de auditoria.	(MANBER et al., 2000; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 6 - PPS6	Disponibilizar um endereço de contato, telefone e/ou <i>e-mail</i> , específicos para denúncias, críticas etc., sobre a política de privacidade e segurança.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 7 - PPS7	Permitir o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários.	(CHAHIN et al., 2004; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Privacidade e Segurança 8 - PPS8	Permitir o acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro.	(HOLZER; KIM, 2005).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello e Zago (2012, p. 9-10).

e) Usabilidade e Acessibilidade

A usabilidade se refere ao termo empregado para definir o nível de facilidade no uso de um sistema. Os *sites* visam a satisfação do usuário e a facilidade no desempenho de sua utilização. A distribuição dos *links* em um *site* deve ser especificada e resumida na página principal (*home page*), de forma a orientar e organizar o acesso do público por um caminho simples e direto (MARTINS; RAMOS, 2008).

Zago e Mello (2016) destacam a importância das boas práticas de usabilidade e acessibilidade, evidenciando a estrutura das páginas da *web*, os formulários e ferramentas de pesquisa e alternativas de acesso aos portadores de necessidades especiais, assim como a determinação do público alvo, o mapa do *site* e mecanismos de busca e pesquisa na própria página da empresa. Para Mello e Zago (2012) existem 19 práticas de usabilidade e acessibilidade que podem ser encontradas nos *websites* corporativos (QUADRO 8).

Quadro 8- Práticas de usabilidade e acessibilidade (PUA)

Práticas de Usabilidade e Acessibilidade	Descrição	Autores
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 1 - PUA1	O tamanho da <i>homepage</i> (página inicial do <i>site</i>) deve ter no máximo dois comprimentos da tela.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 2 - PUA2	Determinar o público-alvo do <i>site</i> , com canais personalizados para grupos específicos, como consumidor, colaborador, investidor, fornecedor, etc.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 3 - PUA3	A barra de navegação deve ter os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias, ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, <i>links</i> identificados, etc.	(PARREIRAS; CARDOSO; PARREIRAS, 2004; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 4 - PUA4	Fornecer <i>links</i> clicáveis para a página inicial em todas as páginas da empresa.	(HOLLIDAY, 2002; HOLZER; KIM, 2005; NAVARRO et al., 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 5 - PUA5	Disponibilizar na página principal um mapa do <i>site</i> ou esboço de todos os <i>sites</i> .	(PARREIRAS; CARDOSO; PARREIRAS, 2004; HOLZER; KIM, 2005; TORRES et al., 2006; BRAGA, 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 6 - PUA6	As páginas devem ser constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critério para uso de logotipos, etc.	(PARREIRAS; CARDOSO; PARREIRAS, 2004; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 7 - PUA7	Os textos devem estar sublinhados indicando os <i>links</i>	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 8 - PUA8	Disponibilizar a data da última atualização das páginas.	(VILELLA, 2003; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 9 - PUA9	Fornecer um <i>link</i> para informações sobre a empresa, com a possibilidade de contato, com endereço, telefone, fax ou <i>e-mail</i> .	(HOLLIDAY, 2002; BRAGA, 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 10 - PUA10	Disponibilizar versões alternativas de documentos longos, como arquivos em pdf. ou .doc.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 11 - PUA11	Permitir que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor; identificando, claramente, aqueles com preenchimentos obrigatórios; fazendo com que a ordem das guias dos campos seja lógica, ou seja, com o toque na tecla "tab" passa para o próximo campo.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 12 - PUA12	Disponibilizar informações de como identificar e corrigir erros submetidos.	(HOLZER; KIM, 2005; TORRES et al., 2006).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 13- PUA13	Dispor de um <i>site</i> de busca ou um <i>link</i> no próprio <i>site</i> da empresa.	(TORRES et al., 2006).

Continua

Prática de Usabilidade e Acessibilidade 14 - PUA14	Dispor de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por secretaria, em todo o <i>site</i> etc.; com recursos de pesquisas avançados, como a utilização de palavras, frases exatas, combinação etc.; com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância ou outros critérios.	(HOLLIDAY, 2002; PARREIRAS; CARDOSO; PARREIRAS, 2004; BRAGA, 2007; NAVARRO et al., 2007; SHI, 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 15 - PUA15	Disponibilizar um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais.	(HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 16- PUA16	Disponibilizar o conteúdo do <i>site</i> em mais de um idioma.	(VILELLA, 2003; HOLZER; KIM, 2005).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 17- PUA17	Apresentar os textos escritos com fontes e cores adequadas.	(SHI, 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 18 - PUA18	Disponibilizar os conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.	(SHI, 2007).
Prática de Usabilidade e Acessibilidade 19 - PUA19	Permitir o acesso ao <i>site</i> e seus conteúdos por meio do teclado do computadores.	(SHI, 2007).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mello e Zago (2012, p. 10-11).

A partir da descrição das variáveis para o cálculo do índice, são estabelecidos pesos iguais entre os grupos (conteúdo, serviços, participação dos *shareholders* e *stakeholders*, privacidade e segurança e usabilidade e acessibilidade) em uma escala de 0 a 100. Desta forma, cada grupo recebeu uma importância e um peso de 20%. Em seguida realizou-se a pontuação de cada prática dentro do grupo, dividindo-se o peso do grupo pelo seu número de práticas. Desta forma, os procedimentos para a elaboração do Índice de Governança Corporativa Eletrônica são dados por:

Quadro 9 -Pesos das práticas de governança corporativa eletrônica

PROCEDIMENTOS	PRÁTICAS					total
	Pcon	Pser	PSS	PPS	PUA	
Peso igual entre os grupos (a)	20	20	20	20	20	100
Número de práticas por grupo (b)	9	10	9	8	19	55
Pontuação de cada prática dentro do grupo (a/b)	2,222	2,000	2,222	2,500	1,053	-
Pontuação para resposta 0	0	0	0	0	0	-
Pontuação para resposta 1	0,741	0,667	0,741	0,833	0,351	-
Pontuação para resposta 2	1,481	1,333	1,481	1,667	0,702	-
Pontuação para resposta 3	2,222	2,000	2,222	2,500	1,053	-

Fonte: ZAGO, 2014, p. 71.

Assim, tem-se:

$$IGCE = \sum PCon_i + \sum PSer_i + \sum PSS_i + \sum PPS_i + \sum PUA_i \quad (1)$$

Onde:

IGCE é o Índice de Governança Corporativa Eletrônica de cada empresa.

$\sum PCon_i$ é a somatória das pontuações para respostas 0, 1, 2 e 3 das informações de PCon1 a PCon9;

$\sum PSer_i$ é a somatória das pontuações para respostas 0, 1, 2 e 3 das informações de PSer1 a PSer10;

$\sum PSS_i$ é a somatória das pontuações para respostas 0, 1, 2 e 3 das informações de PSS1 a PSS9;

$\sum PPS_i$ é a somatória das pontuações para respostas 0, 1, 2 e 3 das informações de PPS1 a PPS8; e

$\sum PUA_i$ é a somatória das pontuações para respostas 0, 1, 2 e 3 das informações de PUA1 a PUA19.

O índice IGCE tem uma escala que varia de 0 a 100, sendo 0 a inexistência de governança corporativa eletrônica e 100 o nível máximo ou pleno de governança corporativa eletrônica, porém, afim de facilitar a análise dos resultados desse índice para cada empresa, e possibilitar a classificação e o agrupamento delas baseado nos valores dos seus IGCEs, nesse estudo optou-se por utilizar uma escala de intervalos de 20 pontos, conforme Tabela 1.

Tabela 1-Escala de governança corporativa eletrônica

Intervalo	Atributo
81 - 100	Altíssima
61 - 80	Alta
41 - 60	Mediana
21 - 40	Baixa
0 - 20	Baixíssima

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

4.2 A COLETA DE DADOS

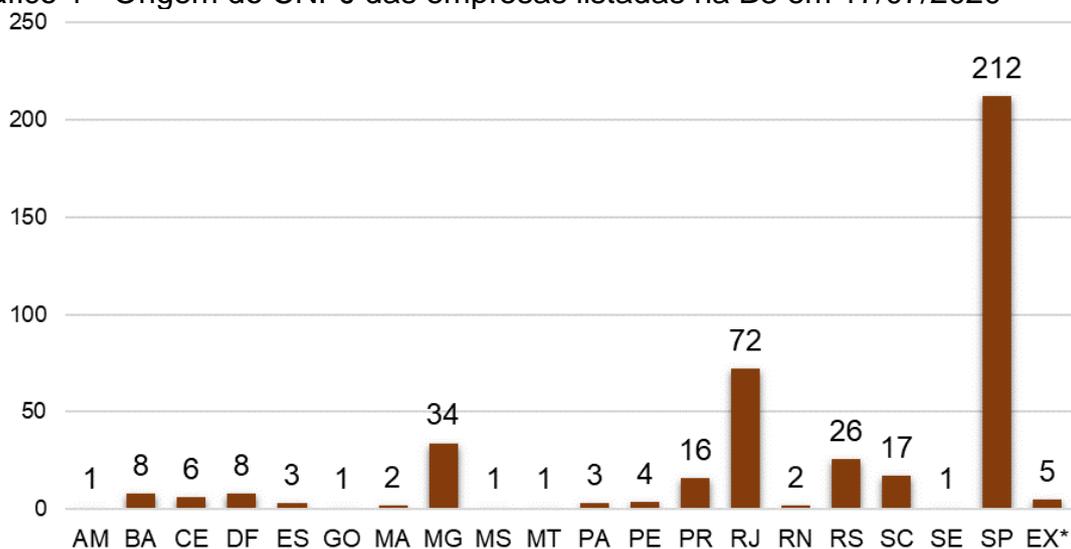
A primeira etapa de coleta de dados foi a de identificação das empresas paranaenses de capital aberto listadas na B3. Com base na relação de 423 empresas listadas na B3 em 17 de julho de 2020 (APÊNDICE A), foram realizadas consultas *online* a partir do CNPJ para identificar a sede de cada uma das empresas listadas. Após identificar tais empresas, as informações e observações de boas práticas foram extraídas diretamente no site institucional da empresa.

O armazenamento e o tratamento dos dados do IGCE foram feitos por meio do *software Excel*.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após realizar a consulta das 423 empresas listadas na B3 foram identificadas 16 empresas paranaenses, o que representa 3,78% do total de empresas listadas na B3. Embora o percentual seja relativamente pequeno, o Paraná ocupa o sexto lugar em números de empresas de capital aberto na B3 (Gráfico 1), atrás apenas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Gráfico 1 - Origem do CNPJ das empresas listadas na B3 em 17/07/2020



Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Nota: EX* são empresas localizadas fora do Brasil.

Ainda se observa no gráfico que, juntos na sétima posição, Bahia e Distrito Federal têm a metade de empresas listadas que o Paraná. Vale constar que alguns estados sequer têm empresas nessa lista, como é o caso do Acre, Alagoas, Amapá, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A relação das respectivas empresas paranaenses é apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 - Empresas paranaenses listadas na B3

	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	RAMO
1	Battistella Adm Participações S.A.	BATTISTELLA	Produção de madeira
2	BBM Logística S.A.	BBMLOGISTICA	Transporte/Logística
3	Cia Paranaense de Energia - COPEL	COPEL	Energia elétrica
4	Cia Saneamento do Paraná - SANEPAR	SANEPAR	Abastecimento de água
5	Cinesystem S.A.	CINESYSTEM	Cinema
6	DTCOM - Direct to Company S.A.	DTCOM-DIRECT	Educação à distância
7	Empresa Conc Rodov do Norte S.A. Econorte	ECONORTE	Infraestrutura
8	Inepar S.A. Industria e Construções	INEPAR	Engenharia elétrica
9	Metalgráfica Iguacu S.A.	METAL IGUACU	Embalagens metálicas para alimentos
10	Ouro Verde Locação e Serviço S.A.	OURO VERDE	Locação de veículos
11	Paraná Bco S.A.	PARANA	Empréstimos consignados/Investimentos
12	Positivo Tecnologia S.A.	POSITIVO TEC	Produção de tecnologia
13	Rumo Malha Norte S.A.	ALL NORTE	Operação de ferrovias
14	Rumo Malha Paulista S.A.	ALL PAULISTA	Operação de ferrovias
15	Rumo S.A.	RUMO S.A.	Operação de ferrovias
16	TCP Terminal de Contêineres de Paranaçuá S.A.	TCP TERMINAL	Terminal de contêineres

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Observa-se que muitas delas têm relação com logística embora as empresas sejam de vários seguimentos, para uma melhor compreensão das atividades exercidas pelas empresas paranaenses listadas na B3, na sequência, foram resumidas as suas respectivas atividades, tendo como referencial os *sites* institucionais das empresas.

A Battistella Administração e Participações (BTTL3) é uma *holding* que possui como atividade principal a fabricação de madeira serrada de pinheiro. O grupo também possui participação no Porto de Itapoá. A Battistella está entre os principais exportadores de Madeira Serrada de Pinus no Brasil, sendo certificada para embalagens e móveis e, possui um dos melhores e mais competitivos produtos do mercado da madeira.

A BBM Logística (BBML3) é um dos maiores operadores logísticos do modal rodoviário do Mercosul. A empresa tem o registro de capital aberto na B3 desde 2019. A empresa é especializada em transporte rodoviário de cargas, atuando nos segmentos de carga geral e fracionada, transporte internacional além de operações dedicadas para os setores florestal, químico, gases industriais e outros.

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL (CPLE6) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, e destinada, através de suas subsidiárias, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, distribuição, comercialização e o transporte de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, podendo também participar, em conjunto com empresas públicas ou privadas de consórcios, companhias e empresas cujos objetivos sejam o desenvolvimento de atividades nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural. A empresa abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBovespa) e tornou-se em julho de 1997 a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (SAPR4) assim como COPEL também é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná. Sendo a empresa brasileira que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento no estado do Paraná.

A Cinesystem (CNSY3) é uma rede brasileira de cinemas, sediada na cidade de Maringá/PR e, atualmente, a empresa está presente em dezoito cidades de dez estados brasileiros.

DTCOM - Direct to Company S.A. (DTCY3), é uma empresa com foco em educação digital e tem como atividade principal, o treinamento em desenvolvimento profissional e Gerencial. Possui centrais em Florianópolis (SC), Curitiba (PR), e São Paulo (SP).

A empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.S. – Econorte (ECNT13) tem como atividade principal área de concessionária de rodovias, pontes, túneis, e demais serviços relacionados.

A Inepar S.A. Indústria e Construções (INEP3/INEP4) têm como atividade principal, a fabricação de equipamentos e sistemas elétricos; fabricação de torres e acessórios para transmissão de energia e telecomunicações; fabricação de bens de capital e sistemas industriais sob encomenda.

Outra empresa mencionada, a Metalgráfica Iguacu S.A. (MTIG3/MTIG4), tem como principal atividade a fabricação de embalagens metálicas para alimentos. Tem unidades físicas nos estados do Paraná e de Goiás.

A Ouro Verde Locação e Serviço (OVSA17) tem como sua principal atividade a locação de veículos e de equipamentos; com ou sem a cessão de

operador; gestão e administração de veículos. Máquinas e equipamentos de terceiros. Tem sua sede administrativa em Curitiba (PR).

O Banco Paraná S.A (PRBC4) é um Banco Múltiplo atuando em diversos seguimentos na linha de crédito, financiamento e investimentos. Caracterizado por ter instalações em diversas cidades da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Paraná.

A Positivo Tecnologia S.A. (POSI3), está no setor de tecnologia e internet, tendo como principal atividade fornecimento de softwares e tecnologia educacional ea fabricação de Hardware.

Tanto a Rumo Malha Norte S.A. (FRRN3B/ FRRN5B/ FRRN6B), quanto a Rumo Malha Paulista, estão presentes nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins e Goiás. A primeira, Malha Norte, tem duas atividades principais. São elas: 1ª - Construção e Exploração de Sistemas de Transporte Ferroviário de Carga Rodovias e Hidrovias; 2ª - Prestação de Serviços de Transporte de Carga em Ferrovias, Rodovias e Hidrovias. Já, a Malha Paulista tem como atividade principal a Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e Armazenagem.

A Rumo S.A. (RAIL3), também está presente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins e Goiás. Prestam serviços de transporte de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal.

O Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A- TCP (TCPA11) visa à exploração de instalações portuárias e de área, atividade de operador portuário de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, veículos automotivos, bens, produtos e equipamentos. Segundo o site da própria empresa, em março de 2020, o portfólio global de portos da CMPort (90% do TCP pertencem à operadora de terminais China Merchants Port -CMPort) abrangia 6 continentes, 26 países e regiões e 50 portos.

Após esse achado, foi necessário identificar os *websites* institucionais de cada uma dessas empresas paranaenses. Utilizou-se o cadastro das empresas disponíveis no *website* da B3, porém, em alguns cadastros os *sites* das empresas estavam errados ou desatualizados, nesses casos se fez necessário procurá-los

por meio de pesquisa online (o Quadro 11, na sequência dispõe as informações dessa coleta).

Constatou-se que a metade dos *websites* não estavam corretos no cadastro da B3, porém, desses, 6 indicavam a página externa dos *websites* referente às informações de Relacionamento com o Investidor (ri), e no caso da Copel estava digitado errado - o protocolo HTTP estava duplicado -, impossibilitando encontrar a página, enquanto para a BBM Logística nem havia *website* disponibilizado.

Observou-se também que no caso das empresas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo S.A., o site disponibilizado é o mesmo, pois são empresas que apesar de ter capital aberto em CNPJ diferentes e prestar serviços diferentes, são administradas como um grupo, de maneira que duas primeiras fazem parte da Rumo S.A.

A seguir, o Quadro 11 demonstra as 16 empresas citadas com seus *websites* (na B3 e os corretos).

Quadro 11 -Websites cadastrados na B3 versus Websites corretos

	EMPRESA	WEBSITE NA B3	WEBSITE CORRETO
1	BATTISTELLA	http://www.battistella.com.br	http://www.battistella.com.br
2	BBMLOGISTICA	-	https://www.bbmlogistica.com.br
3	COPEL	http://http//ri.copel.com	https://www.copel.com/hpcweb/
4	SANEPAR	http://site.sanepar.com.br	http://site.sanepar.com.br
5	CINESYSTEM	https://www.cinesystem.com.br/ri/	https://www.cinesystem.com.br
6	DTCOM-DIRECT	https://dtcom.com.br	https://dtcom.com.br
7	ECONORTE	http://www.econorte.com.br	https://www.triunfoeconorte.com.br/home
8	INEPAR	http://www.inepar.com.br	http://www.inepar.com.br
9	METAL IGUACU	http://www.metaliguacu.com.br	http://www.metaliguacu.com.br
10	OURO VERDE	http://www.ouroverde.net.br/	http://www.ouroverde.net.br/
11	PARANA	https://www.paranabanco.com.br	https://www.paranabanco.com.br
12	POSITIVO TEC	https://www.positivoinformatica.com.br/ri	https://www.positivotecnologia.com.br
13	ALL NORTE	http://ri.rumolog.com	http://rumolog.com/default_pti.asp?idioma=0&conta=45
14	ALL PAULISTA	http://ri.rumolog.com	http://rumolog.com/default_pti.asp?idioma=0&conta=45
15	RUMO S.A.	http://ri.rumolog.com	http://rumolog.com/default_pti.asp?idioma=0&conta=45
16	TCP TERMINAL	https://www.tcp.com.br/a-tcp/estrutura-societaria/	https://www.tcp.com.br

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Com os *sites* corretos encontrados foi possível a avaliação das práticas de governança corporativa eletrônica. Para cada empresa foram analisadas 55 práticas, de acordo com os Quadros 4, 5, 6, 7, 8 e Anexo 1, totalizando 880 observações.

Esta etapa ocorreu de 26/7/2020 a 14/8/2020, compreendendo, portanto, 20 dias, sendo que as avaliações duraram entre 2 e 3 horas para cada *website* (os dados dessas avaliações encontram-se no Apêndice B).

Os resultados obtidos a partir dos dados coletados nesta terceira etapa são abordados a seguir.

A partir dos critérios de coleta de dados estabelecidos na escala de referência (Quadro 2 e Anexo 1) foram analisados os *websites* das empresas paranaenses de capital aberto, e construídos bancos de dados para cada empresa, identificando se tais práticas estavam ou não sendo implantadas pelas companhias paranaenses, possibilitando assim o cálculo do IGCE.

Na Tabela 2 foram apresentados os resultados dos IGCE de cada empresa do grupo analisado, bem como os resultados separados por tipo de prática de governança corporativa eletrônica e, ainda, foi possível destacar algumas informações adicionais sobre as práticas antes do resultado em si.

Dentre as práticas que compõem o IGCE que foram analisadas nas empresas Paranaenses, a BBM Logística se destacou em Práticas de Conteúdo com nota de 18,519 (num total máximo de 20), e destacou-se a praticidade em acesso à informação contida nessa prática.

No quesito Serviços, os destaques foram a Copel e a Sanepar, apresentando nota 20 de 20. Ou seja, todas as práticas de verificação dos programas/sites interativos foram observadas.

Para a prática de participação dos *shareholders* e stakeholders o maior destaque foi a SANEPAR com 16,296. Já as notas mais baixas foram da BATTISTELA, com 2,963, seguidas por METALIGUAÇU e CINESYSTEM com 8,148.

No quesito de privacidade e segurança PARANABCO atingiu 15,000, sendo a maior nota das empresas analisadas. Por ser uma instituição bancária, para ter acesso à recursos e clientes é necessário seguir uma serie de critérios estabelecidos muitas vezes pelo BACEN, o que mostra que a empresa acompanhou a transição e padronizações de segurança também no meio digital.

Os destaques como nota mais baixa nessa prática ficaram com a METALIGUAÇU e a BATTISTELA, as quais tiveram nota zero, uma vez que as práticas de privacidade e segurança não foram observadas em seus *websites*. Mas o mais preocupante é que não existe nenhum canal específico para denúncias e privacidade (uma vez que se refere à indústria de alimentos e de madeira, respectivamente).

A Tabela 2, a seguir, demonstra as notas citadas das empresas.

Tabela 2 - Resultados do IGCE para Empresas Paranaenses

Empresa	Pcon	Pser	PSS	PPS	PUA	IGCE
PARANABCO	15,556	18,000	15,556	15,000	12,281	76,392
COPEL	17,778	20,000	15,556	5,833	13,333	72,500
SANEPAR	15,556	20,000	16,296	4,167	12,982	69,001
BBMLOGISTICA	18,519	16,000	14,815	5,000	12,982	67,316
OUROVERDE	16,296	16,000	10,370	13,333	11,228	67,228
ALLNORTE	15,556	14,667	13,333	8,333	13,684	65,573
ALLPAULISTA	15,556	14,667	13,333	8,333	13,684	65,573
RUMOSA	15,556	14,667	13,333	8,333	13,684	65,573
POSITIVOTEC	15,556	13,333	15,556	6,667	13,684	64,795
TCP TERMINAL	13,333	12,667	9,630	1,667	11,579	48,875
ECONORTE	7,407	14,000	9,630	7,500	8,772	47,309
CINESYSTEM	10,370	10,000	8,148	6,667	9,825	45,010
INEPAR	12,593	8,667	10,370	0,833	6,667	39,130
DT-COM DIRECT	8,148	12,667	5,926	1,667	10,175	38,583
METALIGUAÇU	10,370	6,667	8,148	0,000	6,667	31,852
BATTISTELA	6,667	10,000	2,963	0,000	6,667	27,297
MÉDIA	13,426	13,875	11,435	5,833	11,118	55,750

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Complementarmente, destaca-se o fato de que o único banco (Paraná Banco), do grupo de 16 empresas, é o que apresenta o maior IGCE, seguido pelas duas empresas públicas de capital misto, a de energia elétrica e a de saneamento (Copel e Sanepar, respectivamente). São três empresas que têm diversas unidades espalhadas pelo território Nacional, muitos clientes, e fundadas há várias décadas. O Paraná Banco, por exemplo, foi fundado em 1979, chegando a ter 32 lojas próprias e 133 correspondentes exclusivos em 2018 (Paraná Banco, 2018).

Isso sugere que a alta governança corporativa eletrônica destas três empresas é um reflexo da complexidade da governança corporativa adotada há vários anos no meio físico de negócios.

Mais da metade (n=9) das empresas apresentaram Índices de Governança Corporativa Eletrônica maiores que 64, indicando um alto nível de governança corporativa eletrônica. Além disso, 3 empresas (18,75%) apresentaram um IGCE mediano e, 4 empresas (25%), apresentaram um IGCE baixo. A média do IGCE das empresas paranaenses foi de 55,750 (considerada mediana) em razão da baixa pontuação apresentada pelas empresas Inepar, DT-COM, Metaliguaçu e Battistella. Excetuando-se essas empresas, a média seria de 62,929 (considerada alta).

De acordo com Rose (2004) e Fernandes (2006) a disponibilização de informações financeiras pelas empresas, assim como relatórios contábeis, gráficos, histórico de cotações, são vitais para que a empresa atraia investidores e os mantenha. É necessário que sua situação seja visível por todos, sem a ocultação ou adulteração dos números, mesmo que estejam abaixo do esperado. Nesse contexto destaca-se nas empresas Paranaenses a PCon 3. Por ser uma exigência da CVM todas as empresas apresentam resultados financeiros disponíveis no RI, porém nem todas apresentaram histórico de cotação de suas ações.

Das empresas analisadas, apenas a empresa Batistella não disponibilizou informações com a atribuição de responsabilidade formal pelo conteúdo destacado na PCon 8 como prática de conteúdo.

Para as práticas de serviços, de acordo com Silva e Martins (2015) a Governança Corporativa corrobora para que a instituição consiga mitigar a assimetria de informação e maximização de mecanismos que consistam na redução dos conflitos de interesses entre os participantes da empresa.

Desse modo, destaca-se que a prática PSer 3 das empresas Paranaenses, que diz respeito à existência de acessos restritos a informações privadas de fornecedores, clientes e colaboradores por meio de senhas foram observadas na maior parte das empresas da amostra, apenas na Metal Iguaçu a prática não foi observada.

Como já mencionado anteriormente, para Clarkson (1995) e Birk e Moraes (2012), um dos principais objetivos da estrutura de governança é proteger os

direitos dos *shareholders* (que são os acionistas), e os *stakeholders*, que representam um leque de diferentes agentes econômicos. A prática PSS 1 destaca a importância de a instituição possuir um boletim informativo *on-line*, para que os interessados possam acompanhar os acontecimentos. A prática não foi identificada na DTCOM-DIRECT, CINESYSTEM e BATTISTELA.

Para Holzer e Kim (2005), para uma maior confiabilidade na segurança da circulação de dados referentes à empresa é necessário que exista uma restrição de acessos, deste modo na prática de Privacidade PPS 5 é observado se a instituição limita o acesso de dados e garante que o mesmo não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de autoria, pratica pouco observada nas empresas paranaenses, onde as empresas observadas tem muito o que melhorar no quesito de privacidade e segurança.

Para Martins e Ramos (2008) os *sites* devem visar a satisfação do usuário e a facilidade no desempenho de sua utilização. A distribuição dos *links* em um *site* deve ser especificada e resumida na página principal (*home page*), de forma a orientar e organizar o acesso do público por um caminho simples e direto. Deste modo, na prática PUA 13 de usabilidade e acessibilidade, a qual apresenta que a instituição deve dispor de um site de busca ou um link no próprio *site* da empresa para otimizar o tempo de busca nas informações. Nesta prática em 5 empresas da amostra a prática não foi observada.

Nota-se que a DT-COM é uma empresa de educação à distância, portanto, subentende-se que essa deveria ter o domínio do meio eletrônico. Porém, isso não foi observado no seu *website* institucional com relação às práticas de governança corporativa, apresentando suas menores pontuações nas práticas de participação dos *shareholders* e *stakeholders* e práticas de privacidade e segurança.

As práticas de conteúdo e as práticas de serviços foram as práticas que apresentaram as melhores notas médias na avaliação, compreendendo 13,426 e 13,875, respectivamente, de um total de 20,000.

As práticas de participação dos *shareholders* e *stakeholders* e as práticas de usabilidade e acessibilidade tiveram média de 11,435 e 11,118, respectivamente. Enquanto que as práticas de privacidade e segurança foram muito pouco notadas durante a avaliação, apresentando uma média de 5,833. As

duas empresas com menores IGCE não pontuaram nada em PPS (Práticas de Privacidade e Segurança), mostrando que essa prática é inexistente nos seus *websites*.

Esses fatos fazem sentido, pois o índice PCon (Práticas de Conteúdo) tem muitas práticas que são exigidas por lei, como a obrigatoriedade de demonstração dos resultados, políticas filantrópicas, entre outras, e o PSer (Práticas de Serviços) é o caminho para a automação da comercialização, uma medida poderosa para facilitar e aumentar a demanda, bem como diminuir os custos das empresas.

As práticas de privacidade e segurança, em contrapartida, parecem ser muito burocráticas para o funcionamento das relações da empresa com funcionários, clientes, fornecedores, parceiros e investidores, uma vez que muitas das empresas não demonstraram capacidade ou intenção de utilizar os dados dos usuários que navegam em seus *websites* para fins não relacionados à comercialização.

Outro resultado que chama a atenção foi a frequência da Prática de Usabilidade e Acessibilidade nº 15 que versa sobre disponibilizar um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais. Nesta questão, apenas dois *websites* dispunham de alguma forma de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Foram elas o Paraná Banco e a Copel. Novamente as duas empresas que tiveram os maiores Índices de Governança Corporativa Eletrônica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou por meio de revisão teórica apresentar um tema atual e importante no meio econômico, a governança corporativa. Devido à globalização e aos avanços tecnológicos ela se estende aos meios eletrônicos e deve ser praticada nos *websites* institucionais, principalmente nas empresas de capital aberto. Nesse contexto, este estudo investigou a governança corporativa eletrônica, a qual se utiliza das tecnologias de informação e comunicação, principalmente a *internet*, para fornecer serviços e informações, facilitando a maior participação dos *shareholders* e *stakeholders*.

Foram analisados os websites institucionais das empresas Paranaenses de capital aberto na Brasil Bolsa Balcão (B3) a fim de se avaliar a governança corporativa dessas empresas no meio eletrônico, utilizando-se do Índice de Governança Corporativa Eletrônica empregado por Melo e Zago (2012) e Zago (2014).

Observou-se que apenas 16 empresas de capital aberto listadas na B3 tinham sede no estado do Paraná, sendo que, segundo dados do IBGE (2018), o Paraná era a terceira unidade federativa com mais empresas em funcionamento em 2018 (cerca de 448 mil empresas). Além disso, a B3, no geral, tem poucas empresas cadastradas. São apenas 423 num universo de cerca de 19 milhões registradas no Brasil até maio de 2020 (SEBRAE, 2020).

Os IGCE da maioria das empresas paranaenses se mostraram relativamente altos. Das 16 empresas, 9 tiveram resultados superiores a 64,000, sendo que duas delas apresentaram resultados superiores a 70,000. O Paraná Banco, a Copel e a Sanepar foram às empresas que apresentaram os melhores índices, mostrando que a experiência e o tempo de mercado despendido com o relacionamento com o cliente podem se transformar em boa governança eletrônica. No entanto, os piores resultados foram atribuídos a DT-COM, Metaligação e Battistela. Destaque-se que a DT-COM é uma empresa que promove educação à distância, mas seu *website* não condiz com os ideais da governança corporativa eletrônica, de modo que seu IGCE foi de somente 38,583.

As práticas de governança eletrônica mais adotadas foram as práticas de serviços e de conteúdo, enquanto as práticas de privacidade e segurança foram as menos adotadas.

Conclui-se que as empresas paranaenses de capital aberto têm bastante para melhorar nos seus *websites* a fim atender às práticas de governança corporativa eletrônica, principalmente nos itens de privacidade e segurança, e, também, de acessibilidade.

Assim, esse trabalho cumpriu o que se comprometeu, respondeu a sua questão central com os resultados dos IGCE para cada empresa e também com os resultados de cada tipo de práticas de governança.

Porém para entender os porquês desses resultados e também a relação IGCE com preço da ação, volatilidade e resultado operacional da empresa seria necessário um estudo exploratório mais profundo utilizando técnicas econométricas para verificar a relação entre Governança Corporativa e resultado, uma vez que várias variáveis podem influenciar no resultado operacional da empresa.

É possível com uma exploração mais detalhada na comparação entre governança corporativa eletrônica e resultados financeiros da empresa, auxiliar gestores na tomada de decisão em empresas, evidenciando onde investir energia e recurso nos diferentes tipos de práticas de governança corporativa eletrônica para gerar um maior resultado e confiabilidade para a empresa, principalmente no que se refere à percepção do mercado, consumidores, fornecedores e colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; SANTOS, J. F. dos; FERREIRA, L. F. V. de M.; TORRES, F. J. V. Evolução da qualidade das práticas de governança corporativa: um estudo das empresas Brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. **Rev. adm. contemp** [online], vol.14, n.5, p.907-924, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552010000500009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06/07/2020.

ANDEREZ, D. **McKinsey na prática**: por dentro da área de consultoria estratégica. Fundação estudar, 2014. Disponível em: <<https://www.napratica.org.br/mckinsey-na-pratica-por-dentro-da-area-de-consultoria-estrategica/>>; Acesso em 23/05/2019.

ARIFF, A. M.; IBRAHIM, M. K.; OTHMAN, R. Determinants of firm level governance: Malaysian evidence. **Corporate Governance**, vol. 7, n. 5, p. 562-573, 2007.

BARROS, C. M. E.; SILVA, P. Y. C.; VOESE, S. B. Relação entre o custo da dívida de financiamentos e governança corporativa no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 2, p. 7-26, 2015.

BASILIO, T. G.; VIEIRA, C. F.; SOUZA, I. M.; SILVA, F. M. Governança corporativa: Um estudo de caso na eletrosul centrais elétricas S.A. **Revista de Administração IMED**, v.4, n.2, p.177-191, 2014.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T. The E-Government paradox: better customer service doesn't necessarily cost less. **Government Information Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 149- 154, 2008.

BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v, 47. n, 2. p.421-441, 2013.

BIRK, G.; MORAES, G. I. Governança corporativa e geração de valor nas companhias de capital aberto no Brasil no período 2000-2011. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, n. 12, v. 2, p.85-104. 2012.

BONETT, M. Personalization of web services: opportunities and challenges. **Ariadne Magazine**, v. 28, oct. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242540606_Personalization_of_Web_Services_Opportunities_and_Challenges>. Acesso em: 20/05/2019.

BORTOLUZZI, F.; LEISMANN, E. L.; JOHANN, J. A. Governança corporativa: O caso da cooperativa Copacol. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade- RMS**, v. 6, n. 3, p. 23-40, 2016.

BOTELHO, L. H. F.; SILVA, T. S.; MARQUES, H. R.; PEREIRA, R. M.; COSTA, T. M. T. Globalização Financeira E Governança Corporativa: Práticas Das Companhias Brasileiras Atuantes Na Bolsa De Valores De Nova York. **XII Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia 2015**, 2015. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/23322243.pdf>>. Acesso em: 01/05/2019.

BRAGA, S. **O papel das TICs na institucionalização das democracias**: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3). Relações com Investidores. 2018. Disponível em: <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/perfil-historico.asp?idioma=ptb#>>. Acesso em: 20/04/2019.

CAMPOS, L.; CANAVEZES, S. **Introdução à globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN, 2007.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. E-gov.br - A próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. **Curadoria Enap**, 2004.

CHEN, S. Corporate Responsibilities in Internet- Enabled Social Networks. **Journal of Business Ethics**, n. 90, p. 523–536, 2009.

CLARKSON, M. B. E. A Stakeholder Framework For Analyzing And Evaluating Corporate Social Performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n.1, p. 92-117, 1995.

CLIFT, S. **E-Democracy, E-Governance and public net-work**. 2003. Disponível em: <http://www.opensourcejahrbuch.de/download/jb2004/chapter_04/IV-5-Clift.pdf>. Acesso em: 28/05/2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Mercado de Valores Mobiliário Brasileiro**. 3ª Ed., Rio de Janeiro, 2014.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Reflexão Sobre As Funções Da Governança Corporativa. **Revista de Gestão - USP**, v. 13, n.1, p. 43-55, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36549/39270>>; Acesso em: 02/05/2019.

COVA, C. J. G.; SANTOS, R. G. A governança corporativa e a geração de valor nas empresas do mercado de capitais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., Rio de Janeiro, 2007. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/817_Governanca%20Corporativa%20e%20a%20geracao%20de%20valor%20nas%20empresas%20do%20Mercado%20de%20capitais.pdf>. Acesso em: 05/05/2019.

CUFFA, D.; ZAGO, C.; ZARELLI, P. R.; MELLO, G. R. O impacto da governança corporativa eletrônica na gestão do conhecimento. **Revista de Gestão e tecnologia – Navus**, v. 6 n. 4, p.98-107, 2016.

CUNHA, M. A. V. C.; DUCLÓS, L. C.; BARBOSA, A. F. Institucionalização do e-governo como Instrumento de Legitimidade da Governança Eletrônica no Setor Público no Brasil, Chile e Peru. In: **30 EnANPAD 2006**. Salvador, Bahia, 23 a 27 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-adic-2856.pdf>>; Acesso em 28/05/2019.

DINIZ, E. H. Comércio eletrônico: fazendo negócios por meio da internet. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 71-86, 1999.

EISENBERG, J. Um quadro comparativo de sites de prefeituras municipais. In: CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERNANDES, C. C. C. Governo eletrônico e transformação da administração pública. In: CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERREIRA, R. N. **Governança corporativa e desempenho: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto.** 2012. 276 p. tese (Doutorado em administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

FONSECA, C. V. C.; SILVEIRA, R. L. F. Governança Corporativa E Custo De Capital De Terceiros: Evidências Entre Empresas Brasileiras De Capital Aberto. **Revista Eletrônica de Administração**, Ed. 83, n. 1, p. 106-133, 2016.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, T. A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR.** v. 3, n. 4, 2005.

HOLLIDAY, I. Building e-government in east and southeast Asia: regional rhetoric and national (in) action. **Public Administration and Development**, v. 22, n. 4, p. 323-335, 2002.

HOLZER, M.; KIM, S. T. **Digital governance in municipalities worldwide 2005:** A longitudinal assessment of municipal websites throughout the world. National Center for Public Productivity, 2005. Disponível em: <<http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2009/1151/pdf/unpan022839.pdf>>. Acesso em: 26/05/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do cadastro central de empresas: 2018.** IBGE Coordenação de Cadastro e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 109 p.

INSTITUTO AKATU. **Responsabilidade social empresarial: o que o consumidor consciente espera das empresas.** São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 5ª ed. São Paulo, SP: IBGC, 2015. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigo-CodigosdasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>>. Acesso em: 04/06/2019.

KNIGHT, P. T.; FERNANDES, C. C. C. **E-BRASIL**: um programa para acelerar o desenvolvimento socioeconômico aproveitando a convergência digital. São Paulo: Yendis Editora, 2006.

LAMEIRA, V. J.; NESS JUNIOR, W. L.; MACEDO-SOARES, T. D. L. A. Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração**, v.42, n.1, p.64-73, 2007.

LASTRES, H.; ALBAGLI, S. Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: **Campus**, v. 163, 1999.

LOPES, E. C. **Governança corporativa em empresas de capital aberto**: uma contribuição da Ciência da Informação para a análise da informação estratégica. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista. Marília, São Paulo, 2010.

LOPES, J. R. A.; MARTINS, H. C. Adesão às práticas de governança corporativa e as alterações no custo de capital de terceiros: um estudo das empresas listadas no “novo mercado” e níveis diferenciados” da Bovespa. **Revista de Administração da FEAD-Minas** - Edição especial, p. 53-74, 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível De Evidenciação Das Informações E Sua Relação Com A Volatilidade Das Ações Do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP. v. 17, p. 65-79, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34196/36928>>. Acesso em: 15/05/2019.

MANBER, U.; PATEL, A.; ROBISON, J. *Experience with personalization on Yahoo!*. **Communications of the ACM**, v. 43, n. 8, p. 35-39, 2000.

MARTINS, D. A.; RAMOS, A. S. M. Conceitos de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica: Confrontação e Complementaridade. **EnAPG Encontro de Administração pública e governança**, 2008.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. A. O estágio do governo eletrônico no Brasil em relação ao contexto mundial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 55, n. 1 e 2, p. 49-66, Jan-Jun, 2004. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/245/250>>. Acesso em: 03/05/2019.

MELLO, G. R. **Estudo das práticas de governança eletrônica**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados Brasileiros. Tese (doutorado) Departamento de Contabilidade e Atuária da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2009.

MELLO, G. R.; ZAGO, C.; ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ELETRÔNICA – IGCE. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas- I CONAPE. Francisco Beltrão, **Anais...** 03 a 05 de out. 2012. Disponível em: <[http://cac-
php.unioeste.br/eventos/conape/anais/i_conape/Arquivos/adm/25.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/i_conape/Arquivos/adm/25.pdf)>; Acesso em: 21/05/2019.

MONKS, R. A. G.; MINOW, N. **Corporate governance**. 3 ed. Oxford, Blackwell, 564p, 2004.

MURITIBA, S. N.; MURITIBA, P. M.; DOMINGUES, L. M.; DIO, G. D.; ZAVARIZZI, F. Governança corporativa e sucessão em empresas familiares. **Revista de carreiras pessoas RECAPE**, v. VI, n. 3, 2016.

NASSIFF, E.; SOUZA, C. L. Conflitos de agência e governança corporativa. **Revista do Departamento de Administração da FEA**, v. 7, n. 1, p. 01-20, 2013.

NAVARRO, J. G. C.; DEWHURST, F. W.; PENÁLVER, A. J. B. Factors affecting the use of e-government in the telecommunications industry of Spain. **Technovation**, v. 27, n. 10, p. 595-604, 2007.

NETTO, F. A. G. Globalização, atividade empresarial e a segurança jurídica. **Revista de direito público**, v.2, n.1, p. 75-88, 2007.

OKOT-UMA, R. Electronic governance: re-inventing good governance. Londres: **Commonwealth Secretariat**, v. 5, 2000.

OLIVEIRA, A. T. A.; LUCENA, W. G. L.; PEREIRA, M. L.; CAMARA, R. P. B. Governança corporativa: um estudo da relação entre custo de agência e conselho de administração nas empresas listadas no IBrX-100. IN...**XXIII Congresso Brasileiro de Custos** – Porto de Galinhas, PE, Brasil, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/4085/4086>>. Acesso em: 09/06/2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Governance in the 21st century**, 2001. Disponível em: <<https://www.oecd.org/futures/17394484.pdf>>. Acesso em: 22/04/19.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Using the OECD Principles of Corporate: a Boardroom Perspective**. 160 p., 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/40823806.pdf>>. Acesso em: 26/05/2019.

PANZARDI, R.; CALCOPIETRO, C.; IVANOVIC, E. F. New-economy sector study: electronic government and governance - lessons from Argentina. Working paper. **The World Bank**, 2002. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/527061468769894044/pdf/266390WP0E1Gov1gentina1Final1Report.pdf>>. Acesso em: 29/05/2019.

PARANÁ BANCO. **Perfil Corporativo e Histórico**. Atualizado em 27 de Novembro de 2018. Disponível em: <http://riparanabanco.mzweb.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=51294>. Acesso em: 17/08/2020.

PARREIRAS, T. A. S.; CARDOSO, A. M.; PARREIRAS, F. S. Governo eletrônico: uma avaliação do site da assembleia legislativa de Minas Gerais. *In: CIFORM*, 5, Salvador, 2004. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <<http://www.netic.com.br/docs/publicacoes/pub0006.pdf>>. Acesso em: 06/06/2019.

PLIHON, D. A Globalização Financeira. Colóquio Pobreza, Dívida Externa e as Três Instituições Irmãs: FMI, Banco Mundial e OMC. “**Les taux de change**”, **Repères**, n. 103, 2007.

RAMOS, G. M.; MARTINEZ, A. L. Governança corporativa. **Revista contemporânea de contabilidade**, v. 1, n. 03, p. 143-164, 2006.

REZENDE, D. A.; FREY, K. Administração Estratégica e Governança Eletrônica na Gestão Urbana. eGesta – **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios** - ISSN 1809- 0079. v. 1, n. 1, p. 51-59, abr.-jun./2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30681-32653-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03/06/2019.

ROSE, M. Democratizing information and communication by implementing egovernment in Indonesian regional government. **The International Information & Library Review**, v. 36, n. 3, p. 219-226, 2004.

SÁ, G. A revolução cultural no mercado acionário. **Revista Administração**, v.38, n.2, p.112-125, 2003.

SANTOS, A. F. A.; VASCONCELOS, M. T. C.; LAGIOIA, U. C. T.; DEUS, V. O. Estudo da percepção dos princípios de governança aplicado ao Setor público na gestão do plano de desenvolvimento da Educação superior pública brasileira. **Registro Contábil – Recont**, v. 3, n. 2, p. 104-133, 2012.

SCHUELE, K. Privacy policy statements on municipal websites. **The Journal of Government Financial Management**, v. 54, n. 2, p. 21-29, 2005.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Painel de empresas DATASEBRAE. 11 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>>. Acesso em: 24/09/2020.

SHI, Y. The accessibility of Chinese local government Web sites: an exploratory study. **Government Information Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 377-403, 2007.

SILVA FILHO, J. V.; PEREZ, C. A. D. E-segurança pública: a experiência de Pernambuco. *In*: Chahin, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br**: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SILVA, C. C. S.; MARTINS, O. S. Valor e práticas de governança corporativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Gestão, finanças e contabilidade**, UNEB, v. 5, n. 3, p. 26-41, 2015.

SOLOMON, J.; SOLOMON, A. **Corporante Governance and Accountability**. 1ª ed. England: John Wiley & Sons, Ltd, 2004.

TORRES, L.; PINA, V.; ACERETE, B. E-governance developments in European Union Cities: reshaping government's relationship with citizens. **Governance: Na International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 19, n. 2, p. 277-302, 2006.

TRIPATHI, M. Lokvani (voice of the masses): a case study of e-governance in rural India. **International Information & Library Review**, v. 39, n. 3-4, p. 194-202, 2007.

VENETIANER, T. **Como vender seu peixe na Internet**: um guia prático de marketing e comércio eletrônicos. Campus, 2000. 270 p.

VILELLA, R. M. **Conteúdo, usabilidade e funcionalidade**: três dimensões para avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na Web. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

WEBSTER, F. E. Jr. The changing role of marketing in the corporation. **Journal of Marketing**, v. 56, n. 4, p. 1-17, 1992.

ZAGO, C. **Governança corporativa eletrônica e desempenho econômico e financeiro das empresas listadas no índice Bovespa**. Dissertação (mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, f. 131, 2014.

ZAGO, C.; MELLO, G. R. Governança Corporativa Eletrônica e Desempenho Econômico e Financeiro das empresas listadas no Índice Bovespa. **Organizações em contexto**, v. 12, n. 23, 2016.

Anexo 1 – Questionário das práticas de governança corporativa eletrônica com a definição de suas escalas utilizadas por Zago (2014)

Práticas de Conteúdo		
Var	Práticas	
	Escala	
PCon1	Disponibilizar uma lista de <i>links</i> de setores internos e externos, a localização dos escritórios, agências, setores, etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza uma lista de <i>links</i> de setores internos e externos.
		2 - disponibiliza uma lista de <i>links</i> de setores internos e externos com a localização dos escritórios, setores, etc.
		3 - disponibiliza uma lista de <i>links</i> de setores internos e externos, a localização dos escritórios, setores etc., contato com horário de funcionamento, endereço, nomes, etc.
PCon2	Disponibilizar o estatuto social (contrato social), atas de reuniões, códigos e políticas de dividendos, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre os códigos e regulamentos da empresa.
		2 - disponibiliza o estatuto social (contrato social), atas de reuniões, códigos e políticas de dividendos, etc.
		3 - disponibilizar o estatuto social (contrato social), atas de reuniões, códigos e políticas de dividendos, etc., com a possibilidade de impressão e/ou <i>download</i> .
PCon3	Disponibilizar as informações financeiras, relatórios contábeis, gráficos, histórico de cotações, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre as informações financeiras.
		2 - disponibiliza informações financeiras, relatórios contábeis, gráficos, histórico de cotações, etc.
		3 - disponibiliza informações financeiras, relatórios contábeis, gráficos, histórico de cotações, etc., com a possibilidade de impressão e/ou <i>download</i> , com quadros e gráficos ilustrativos, etc.
PCon4	Disponibilizar as informações sobre os recursos humanos, políticas, incentivos, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre os recursos humanos, políticas, incentivos, etc.
		2 - disponibiliza algumas informações sobre os recursos humanos, políticas, incentivos, etc., separando-as em abertas ao público e restritas aos colaboradores (com senha de acesso).
		3 - disponibiliza informações completas recursos humanos, políticas, incentivos, etc., separando as informações abertas ao público e aquelas restritas aos servidores (com senha de acesso).
PCon5	Permitir a cópia de documentos públicos, por meio de impressão, <i>download</i> , etc.	0 - prática não identificada.
		1 - permite apenas a consulta no <i>site</i> .
		2 - permite a consulta no <i>site</i> e cópias de apenas alguns documentos (impressão e/ou <i>download</i>)
		3 - permite a cópia de todos os documentos, através de impressão, <i>download</i> , etc.
PCon6	Publicar as ofertas de empregos, de treinamento e recursos de encaminhamento de currículo pelo interessado.	0 - prática não identificada.
		1 - publica algumas informações.
		2 - publica as ofertas de empregos, de treinamento e outras informações.
		3 - publica as ofertas de empregos, de treinamento e encaminhamento e outras informações, com recurso de envio de currículo pelo interessado.
PCon7	Disponibilizar um calendário de eventos da empresa, um quadro de anúncios/informativos, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações.
		2 - disponibiliza um calendário de eventos da empresa, um quadro de anúncios/informativos com algumas informações.
		3 - disponibiliza um calendário de eventos da empresa, um quadro de anúncios/informativos com todas as informações necessárias.

PCon8	Disponibilizar informações com atribuição de responsabilidade formal pelo conteúdo e pela atualização das páginas.	0 - prática não identificada.
		1 - em alguns casos.
		2 - em mais de 50% dos casos. 3 - em todos os casos.
PCon9	Disponibilizar em seu <i>site</i> os arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - Disponibiliza algum arquivo de áudio e vídeo não organizados.
		2 - Disponibiliza alguns arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc. 3 - Link na página principal direcionando para alguns arquivos de áudio e vídeo de eventos públicos, palestras, encontros, etc.
Práticas de Serviços		
Var	Práticas	Escala
PSer1	Disponibilizar <i>e-mails</i> , telefones e endereços para solicitar informações.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza <i>e-mails</i> e/ou telefones para informações de alguns serviços.
		2 - disponibiliza <i>e-mails</i> e/ou telefones para informações da maioria dos serviços. 3 - disponibiliza <i>e-mails</i> e/ou telefones para informações de todos os serviços, incluindo endereços para contato pessoal.
PSer2	A página principal deve ser personalizada para facilitar o acesso dos interessados aos serviços.	0 - prática não identificada.
		1 - possui algumas informações sobre os serviços dispersas na página.
		2 - possui algumas informações sobre os serviços, organizadas em um espaço específico. 3 - possui um espaço personalizado na página principal com <i>links</i> para todos os serviços.
PSer3	Permitir o acesso a informações privadas utilizando senhas, como em cadastro de fornecedores, clientes, colaboradores, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - permite a solicitação de algumas informações privadas apenas com algum identificador, como nome, e-mail, etc.
		2 - permite o acesso a algumas informações privadas apenas com algum identificador, como nome, e-mail, CPF, RG, etc. 3 - permite o acesso a informações privadas utilizando senhas, em serviços relacionados a fornecedores, clientes, colaboradores, etc.
PSer4	Permitir o acesso a informações relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - possui acesso a algumas dessas informações.
		2 - possui acesso a todas essas informações. 3 - possui um espaço personalizado na página principal com um <i>link</i> para todas essas informações.
PSer5	Identificar o responsável ou gerenciador do <i>site</i> para possível contato ou responsabilização.	0 - prática não identificada.
		1 - possui a identificação apenas na página principal.
		2 - possui a identificação na página principal e em algumas outras páginas. 3 - possui a identificação em todas as páginas.
PSer6	Disponibilizar um mecanismo para submissão, monitoramento e eliminação de queixas/denúncias públicas.	0 - prática não identificada.
		1 - possui apenas um <i>e-mail</i> e/ou telefone geral para queixas/denúncias.
		2 - possui um <i>e-mail</i> e/ou telefone geral e de alguns órgãos para queixas/denúncias. 3 - possui um órgão específico (ouvidoria) geral ou por secretaria, com <i>e-mail</i> e/ou telefone para queixas/denúncias.

PSer7	Permitir o registro de fornecedores, clientes, colaboradores para serviços <i>on-line</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - permitir o registro para pelo menos 1 dos interessados <i>on-line</i> .
		2 - permitir o registro para pelo menos 2 interessados <i>on-line</i> .
		3 - permitir o registro para todos os interessados <i>on-line</i> .
PSer8	Permitir identificar as formas de adquirir os produtos, como postos de venda, representantes comerciais, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas informações sobre as formas de adquirir os produtos.
		2 - disponibiliza informações sobre as formas de adquirir os produtos, como postos de venda, representantes comerciais, etc.
		3 - disponibiliza informações sobre as formas de adquirir os produtos, como postos de venda, representantes comerciais, etc., com endereço, telefone e e-mail.
PSer9	Possui um mecanismo de vendas <i>on-line</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre vendas.
		2 - possuir um mecanismo de vendas <i>on-line</i> , com a possibilidade de compra com boleto, depósito bancário, cartão de crédito etc.
		3 - link na página principal direcionando para um mecanismo de vendas <i>on-line</i> , com a possibilidade de compra com boleto, depósito bancário, cartão de crédito etc.
PSer10	Possui um mecanismo de consulta dos produtos vendidos pela empresa.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas informações sobre os produtos.
		2 - disponibiliza uma lista completa dos produtos vendidos pela empresa.
		3 - disponibiliza uma lista completa dos produtos vendidos pela empresa, com preço, formas de pagamento, como comprar, etc.
Práticas de Participação dos <i>shareholders</i> e <i>stakeholders</i>		
Var	Práticas	Escala
PPSS1	Possuir um boletim informativo <i>on-line</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações em forma de boletim.
		2 - possuir um boletim informativo <i>on-line</i> organizado com informações de várias secretarias.
		3 - possuir um boletim informativo <i>on-line</i> organizado com informações de várias secretarias disponibilizado direto na página principal ou com um link.
PPSS2	Disponibilizar informações de governança corporativa.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações desorganizadas.
		2 - disponibiliza informações organizadas de governança.
		3 - disponibiliza informações organizadas de governança direto na página principal ou com um link.
PPSS3	Disponibilizar um <i>e-mail</i> para contato, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para a resposta, o que fazer se a resposta não for recebida e uma cópia da sua mensagem original.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas um <i>e-mail</i> geral para contato.
		2 - disponibiliza um <i>e-mail</i> para contatar o governador e secretarias.
		3 - disponibiliza um <i>e-mail</i> para contatar o governador e secretarias, com a descrição da política adotada de resposta, começando com o tempo e a data de recepção, o prazo estimado para a resposta, o que fazer se a resposta não for recebida e uma cópia da sua mensagem original.
PPSS4	Disponibilizar um quadro de anúncios, bate-papo, fórum de discussão, grupos de discussão, <i>chats</i> , etc., para discutir questões relacionadas aos investidores, fornecedores, clientes, etc., facilitando o diálogo entre a empresa e as partes interessadas.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas um quadro de anúncios.
		2 - disponibiliza um quadro de anúncios e um canal de comunicação direto como: bate-papo, fórum de discussão ou <i>chats</i> , etc.
		3 - disponibiliza um quadro de anúncios e canais de comunicação diretos como: bate-papo, fórum de discussão e <i>chats</i> , etc.

PPSS5	Disponibilizar a agenda de eventos corporativos.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas uma relação dos assuntos que deverão ser discutidos.
		2 - disponibiliza uma agenda de reuniões ou calendário das discussões públicas, com data e local.
		3 - disponibiliza uma agenda de reuniões ou calendário das discussões públicas, com data, local e informações sobre os depoimentos dos interessados, participação, observação ou opções.
PPSS6	Fazer pesquisas ou sondagens, breves ou mais detalhadas, de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões, para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura de governança corporativa.	0 - prática não identificada.
		1 - faz algum tipo de pesquisa de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões.
		2 - faz pesquisa de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões, para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados.
		3 - faz pesquisa de satisfação, opinião, manifestação de preferências e sugestões, para verificar a percepção do cidadão quanto aos serviços prestados e à própria estrutura de governança corporativa.
PPSS7	Disponibilizar um canal específico para encaminhamento de denúncias.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações, mas não disponibiliza um canal específico.
		2 - disponibilizar um canal específico para encaminhamento de denúncias.
		3 - disponibilizar um canal específico para encaminhamento de denúncias direto na página principal ou com um link.
PPSS8	Disponibilizar uma relação dos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com informações e formas de contato.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.
		2 - disponibiliza uma relação dos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.
		3 - disponibiliza uma relação dos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com informações e formas de contato.
PPSS9	Disponibilizar a estrutura e as funções da empresa.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas a estrutura da empresa.
		2 - disponibiliza a estrutura e as funções da empresa.
		3 - disponibiliza estrutura e as funções da empresa e outras informações como: principais políticas, metas, etc.
Práticas de Privacidade e Segurança		
Var	Práticas	Escala
PPS1	Declarar a política de privacidade no <i>site</i> , descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha das informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.	0 - prática não identificada.
		1 - declara apenas algumas informações sobre a privacidade.
		2 - declara a política de privacidade no <i>site</i> , descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha de informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível apenas em algumas páginas que aceitam os dados.
		3 - declara a política de privacidade no <i>site</i> , descrevendo os tipos de informações recolhidas e as políticas de utilização e partilha de informações pessoais, identificando os coletores das informações, disponível em todas as páginas que aceitam os dados, e com a data em que a política de privacidade foi revisada.

PPS2	Permitir diminuir a divulgação de informações pessoais, dispondo da possibilidade de entrar e sair do fornecimento das informações.	0 - prática não identificada.
		1 - permite apenas a diminuição da divulgação de informações pessoais.
		2 - permite a diminuição da divulgação de informações pessoais, dispondo da possibilidade de entrar e sair do fornecimento das informações.
		3 - permite a diminuição da divulgação de informações pessoais, dispondo da possibilidade de entrar e sair do fornecimento das informações e declara a não utilização das informações para outros fins.
PPS3	Permitir que o usuário revise os dados pessoais e conteste os registros de informações incompletas ou erradas.	0 - prática não identificada.
		1 - permite apenas a revisão dos dados pessoais.
		2 - permitir que o usuário revise os dados pessoais e conteste os registros de informações incompletas ou erradas.
PPS4	Informar as práticas antes de qualquer informação pessoal ser coletada, evidenciando a entidade que está obtendo a informação, o propósito do recolhimento, potenciais recebedores, natureza da informação, meios de coleta, se as informações são voluntárias ou obrigatórias e consequência do não fornecimento.	0 - prática não identificada.
		1 - divulga algumas informações sobre as práticas, antes ou depois das informações serem coletadas.
		2 - informa as práticas antes de qualquer informação pessoal ser coletada, evidenciando a entidade que está obtendo a informação, o propósito do recolhimento, potenciais recebedores, natureza da informação, meios de coleta, se as informações são voluntárias ou obrigatórias e consequência do não fornecimento, pelo menos em algumas páginas que coletam informações.
		3 - informa as práticas antes de qualquer informação pessoal ser coletada, evidenciando a entidade que está obtendo a informação, o propósito do recolhimento, potenciais recebedores, natureza da informação, meios de coleta, se as informações são voluntárias ou obrigatórias e consequência do não fornecimento, em todas as páginas que coletam informações.
PPS5	Limitar o acesso de dados e garantir que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas e criptografia de dados sensíveis e procedimentos de auditoria.	0 - prática não identificada.
		1 - possui alguns tipos de informação sobre a limitação de acesso e garantia de não utilização dos dados para fins não autorizados.
		2 - limita o acesso de dados e garante que não será utilizado para fins não autorizados, utilizando senhas ou criptografia de dados sensíveis.
PPS6	Disponibilizar um endereço de contato, telefone e/ou e-mail, específicos para denúncias, críticas etc., sobre a política de privacidade e segurança.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas um endereço de contato específico para denúncias, críticas, etc.
		2 - disponibiliza um endereço de contato e telefone, específicos para denúncias, críticas, etc., sobre a política de privacidade e segurança.
		3 - disponibiliza <i>link</i> ou secretaria exclusiva para contato, telefone e e-mail, específicos para denúncias, críticas, etc., sobre a política de privacidade e segurança.

PPS7	Permitir o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija senha e/ou registro, como o uso de assinatura digital para identificar os usuários.	0 - prática não identificada.
		1 - permite o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija apenas um registro do usuário.
		2 - permite o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija registro e senha do usuário. 3 - permite o acesso a informações públicas por meio de uma área restrita que exija registro, senha e assinatura digital do usuário.
PPS8	Permitir o acesso a informações não públicas para os servidores mediante uma área restrita que exija senha e/ou registro.	0 - prática não identificada.
		1 - permite o acesso a informações não públicas por meio de uma área restrita que exija apenas um registro do usuário.
		2 - permite o acesso a informações não públicas por meio de uma área restrita que exija registro e senha do usuário. 3 - permite o acesso a informações não públicas por meio de uma área restrita que exija registro, senha e assinatura digital do usuário.

Práticas de Usabilidade e Acessibilidade		
Var	Práticas	Escala
PUA1	O tamanho da <i>homepage</i> (página inicial do <i>site</i>) deve ter no máximo dois comprimentos da tela.	0 - prática não identificada.
		1 - o tamanho da <i>homepage</i> é de até 3 tela.
		2 - o tamanho da <i>homepage</i> é de até 2 tela.
		3 - o tamanho da <i>homepage</i> é de até 1 tela.
PUA2	Determinar o público-alvo do <i>site</i> , com canais personalizados para grupos específicos, como consumidor, colaborador, investidor, fornecedor, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações sobre o público-alvo do <i>site</i> , na página principal, com links isolados.
		2 - determina o público-alvo do <i>site</i> , na página principal, com canais personalizados para grupos específicos, como consumidor, colaborador, investidor, fornecedor etc., de forma não organizada.
		3 - determina o público-alvo do <i>site</i> , na página principal, com canais personalizados para grupos específicos, como consumidor, colaborador, investidor, fornecedor, etc., de forma organizada.
PUA3	A barra de navegação deve ter os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias, ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, <i>links</i> identificados, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - a barra de navegação tem os itens agrupados na área de navegação e termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias.
		2 - a barra de navegação tem os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias e ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens.
		3 - a barra de navegação tem os itens agrupados na área de navegação, termos claros utilizados para definir as opções de navegação de categorias, ícones de navegação de reconhecimento imediato da classe de itens, <i>links</i> identificados, etc.
PUA4	Fornecer <i>links</i> clicáveis para a página inicial em todas as páginas da empresa.	0 - prática não identificada.
		1 - prática identificada em algumas páginas internas.
		2 - prática identificada em algumas páginas da empresa e <i>sites</i> relacionados fora da empresa.
		3 - prática identificada em todas as páginas da empresa e <i>sites</i> relacionados fora da empresa.
PUA5	Disponibilizar na página principal um mapa do <i>site</i> ou esboço de todos os <i>sites</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza apenas algumas informações.
		2 - disponibiliza um mapa do <i>site</i> ou esboço de parte do <i>site</i> .
		3 - disponibiliza um mapa do <i>site</i> ou esboço completo do <i>site</i> .
PUA6	As páginas devem ser constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critério para uso de logotipos, etc.	0 - prática não identificada.
		1 - apenas a página principal foi constituída com cores padrão e consistentes.
		2 - algumas páginas foram constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto.
		3 - todas as páginas foram constituídas com cores padrão e consistentes, com a adequação de estilos de fonte, formatação de texto, visibilidade dos elementos, critério para uso de logotipos, etc.

PUA7	Os textos devem estar sublinhados indicando os <i>links</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - alguns textos estão sublinhados indicando os links.
		2 - a maioria dos textos estão sublinhados indicando os links.
		3 - todos os textos estão sublinhados indicando os links.
PUA8	Disponibilizar a data da última atualização das páginas.	0 - prática não identificada.
		1 - prática identificada apenas na página principal.
		2 - prática identificada em algumas páginas.
		3 - prática identificada em todas as páginas.
PUA9	Fornecer um <i>link</i> para informações sobre a empresa, com a possibilidade de contato, com endereço, telefone, fax ou <i>e-mail</i> .	0 - prática não identificada.
		1 - fornece um <i>link</i> na página principal para informações sobre da empresa.
		2 - fornece um <i>link</i> na página principal para informações sobre a empresa e algum tipo de contato.
		3 - fornece um <i>link</i> na página principal para informações sobre a empresa, com a possibilidade de contato presencial, com endereço, ou telefone, fax e <i>e-mail</i> .
PUA10	Disponibilizar versões alternativas de documentos longos, como arquivos em .pdf ou .doc.	0 - prática não identificada.
		1 - alguns documentos longos são disponibilizados em.pdf ou .doc.
		2 - a maioria dos documentos longos são disponibilizados em .pdf ou .doc.
		3 - todos os documentos longos são disponibilizados em.pdf ou .doc.
PUA11	Permitir que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor, identificando, claramente, aqueles com preenchimentos obrigatórios; fazendo com que a ordem das guias dos campos seja lógica, ou seja, com o toque na tecla "tab" passa para o próximo campo.	0 - prática não identificada.
		1 - permite que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor.
		2 - permite que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor e que a ordem das guias dos campos seja lógica, ou seja, com o toque na tecla "tab" passa para o próximo campo.
		3 - permite que os campos dos formulários sejam acessíveis por meio das teclas ou do cursor, que a ordem das guias dos campos seja lógica, ou seja, com o toque na tecla "tab" passa para o próximo campo e identifica, claramente, aqueles de preenchimento obrigatórios.
PUA12	Disponibilizar informações de como identificar e corrigir erros submetidos.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza algumas informações de como identificar erros.
		2 - disponibiliza algumas informações de como identificar e corrigir erros submetidos.
		3 - disponibiliza informações completas de como identificar e corrigir erros submetidos.
PUA13	Dispor de um <i>site</i> de busca ou um <i>link</i> no próprio <i>site</i> da empresa.	0 - prática não identificada.
		1 - prática identificada apenas na página principal.
		2 - prática identificada na página principal e em outras.
		3 - prática identificada em todas as páginas.

PUA14	Disponibilizar um mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por departamento, em todo o <i>site</i> etc.; com recursos de pesquisas avançados, como a utilização de palavras, frases exatas, combinação, etc.; com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância ou outros critérios.	0 - prática não identificada.
		1 - dispõe de seu próprio mecanismo de pesquisa.
		2 - dispõe de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por departamento, em todo o <i>site</i> , etc.
		3 - dispõe de seu próprio mecanismo de pesquisa, permitindo que as pesquisas sejam feitas de forma específica, por departamento, em todo o <i>site</i> , etc., com capacidade para classificar os resultados da pesquisa por relevância ou outros critérios.
PUA15	Disponibilizar um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais.	0 - prática não identificada.
		1 - dispõe apenas de informações sobre o acesso aos portadores de necessidades especiais.
		2 - dispõe de informações sobre o acesso aos portadores de necessidades especiais, com algum tipo de contato.
		3 - dispõe um mecanismo de acesso aos portadores de necessidades especiais.
PUA16	Disponibilizar os conteúdos do <i>site</i> em mais de um idioma.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza os conteúdos de uma página em mais de um idioma.
		2 - disponibiliza os conteúdos de algumas páginas em mais de um idioma.
		3 - disponibiliza os conteúdos do <i>site</i> em mais de um idioma.
PUA17	Apresentar os textos escritos com fontes e cores adequadas.	0 - prática não identificada.
		1 - apresenta apenas textos escritos com fontes adequadas.
		2 - apresenta parte dos textos escritos com fontes e cores adequadas.
		3 - apresenta todos os textos escritos com fontes e cores adequadas.
PUA18	Disponibilizar os conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.	0 - prática não identificada.
		1 - disponibiliza alguns conteúdos de áudio com transcrições escritas e/ou legendas.
		2 - disponibiliza todos os conteúdos de áudio com transcrições escritas ou legendas.
		3 - disponibiliza todos os conteúdos de áudio com transcrições escritas e legendas.
PUA19	Permitir o acesso ao <i>site</i> e seus conteúdos por meio do teclado do computador.	0 - prática não identificada.
		1 - permite o acesso ao <i>site</i> por meio do teclado do computador.
		2 - permite o acesso ao <i>site</i> e em alguns conteúdos por meio do teclado do computador.
		3 - permite o acesso ao <i>site</i> e seus conteúdos por meio do teclado do computador.

Apêndice A – Confirmação de extração das empresas listadas na B3 até às 23 horas de 17/07/2020

Não seguro | b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

Produtos e Serviços Market data e Índices Soluções Regulação B3

Ações

Home / Produtos e Serviços / Negociação / Renda variável / Ações / Empresas Listadas

A vista Futuro Opções Termo Operações Estruturadas Subscrição Certificado de Depósito de Ações **Empresas Listadas** Consultas

Atualizado em 17/07/2020 às 23h00

Consulte as demonstrações financeiras, fatos relevantes, comunicados, entre outras informações importantes das empresas listadas na B3.

 Mercado internacional (BDRs)

Resultados da Busca

Razão Social	Nome de Pregão
524 PARTICIPACOES S.A.	524 PARTICIP
ADVANCED DIGITAL HEALTH MEDICINA PREVENTIVA S.A.	ADVANCED-DH
AES TIETE ENERGIA SA	AES TIETE E
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	AFLUENTE T
ALEF S.A.	ALEF S/A
ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING
ALGAR TELECOM S/A	ALGAR TELEC

Apêndice B– Resultados individuais por prática de governança e por empresa

BATTISTELLA				26,3	BBMLOGISTICA				67,3158	COPEL				72,5	SANEPAR				69,001
PCON1	3	2,222			PCON1	3	2,22222			PCON1	3	2,22222			PCON1	3	2,22222		
PCON2	2	1,481			PCON2	3	2,22222			PCON2	3	2,22222			PCON2	3	2,22222		
PCON3	1	0,741			PCON3	2	1,48148			PCON3	3	2,22222			PCON3	3	2,22222		
PCON4	1	0,741			PCON4	2	1,48148			PCON4	3	2,22222			PCON4	2	1,48148		
PCON5	2	1,481	Σ	6,667	PCON5	3	2,22222	Σ	18,5185	PCON5	3	2,22222	Σ	17,7778	PCON5	3	2,22222	Σ	15,5556
PCON6	0	0,000			PCON6	3	2,22222			PCON6	3	2,22222			PCON6	3	2,22222		
PCON7	0	0,000			PCON7	3	2,22222			PCON7	3	2,22222			PCON7	1	0,74074		
PCON8	0	0,000			PCON8	3	2,22222			PCON8	3	2,22222			PCON8	1	0,74074		
PCON9	0	0,000			PCON9	3	2,22222			PCON9	0	0			PCON9	2	1,48148		
PSER1	2	1,333			PSER1	3	2			PSER1	3	2			PSER1	3	2		
PSER2	3	2,000			PSER2	3	2			PSER2	3	2			PSER2	3	2		
PSER3	1	0,667			PSER3	1	0,66667			PSER3	3	2			PSER3	3	2		
PSER4	1	0,667			PSER4	1	0,66667			PSER4	3	2			PSER4	3	2		
PSER5	3	2,000	Σ	10	PSER5	3	2	Σ	16	PSER5	3	2	Σ	20	PSER5	3	2	Σ	20
PSER6	1	0,667			PSER6	3	2			PSER6	3	2			PSER6	3	2		
PSER7	0	0,000			PSER7	3	2			PSER7	3	2			PSER7	3	2		
PSER8	1	0,667			PSER8	3	2			PSER8	3	2			PSER8	3	2		
PSER9	1	0,667			PSER9	2	1,33333			PSER9	3	2			PSER9	3	2		
PSER10	2	1,333			PSER10	2	1,33333			PSER10	3	2			PSER10	3	2		
PSS1	0	0,000			PSS1	3	2,22222			PSS1	3	2,22222			PSS1	3	2,22222		
PSS2	1	0,741			PSS2	3	2,22222			PSS2	3	2,22222			PSS2	3	2,22222		
PSS3	0	0,000			PSS3	2	1,48148			PSS3	3	2,22222			PSS3	3	2,22222		
PSS4	0	0,000			PSS4	1	0,74074			PSS4	1	0,74074			PSS4	1	0,74074		
PSS5	0	0,000	Σ	2,963	PSS5	3	2,22222	Σ	14,8148	PSS5	2	1,48148	Σ	15,5556	PSS5	2	1,48148	Σ	16,2963
PSS6	0	0,000			PSS6	0	0			PSS6	1	0,74074			PSS6	1	0,74074		
PSS7	0	0,000			PSS7	3	2,22222			PSS7	2	1,48148			PSS7	3	2,22222		
PSS8	0	0,000			PSS8	2	1,48148			PSS8	3	2,22222			PSS8	3	2,22222		
PSS9	3	2,222			PSS9	3	2,22222			PSS9	3	2,22222			PSS9	3	2,22222		
PPS1	0	0,000			PPS1	0	0			PPS1	2	1,66667			PPS1	0	0		
PPS2	0	0,000			PPS2	0	0			PPS2	1	0,83333			PPS2	0	0		
PPS3	0	0,000			PPS3	0	0			PPS3	2	1,66667			PPS3	2	1,66667		
PPS4	0	0,000	Σ	0	PPS4	0	0	Σ	5	PPS4	0	0	Σ	5,83333	PPS4	0	0	Σ	4,16667
PPS5	0	0,000			PPS5	0	0			PPS5	1	0,83333			PPS5	0	0		
PPS6	0	0,000			PPS6	3	2,5			PPS6	1	0,83333			PPS6	1	0,83333		
PPS7	0	0,000			PPS7	1	0,83333			PPS7	0	0			PPS7	0	0		
PPS8	0	0,000			PPS8	2	1,66667			PPS8	0	0			PPS8	2	1,66667		
PUA1	1	0,351			PUA1	1	0,35088			PUA1	1	0,35088			PUA1	1	0,35088		

PUA2	1	0,351	
PUA3	1	0,351	
PUA4	2	0,702	Σ 6,667
PUA5	0	0,000	
PUA6	2	0,702	
PUA7	3	1,053	
PUA8	0	0,000	
PUA9	2	0,702	
PUA10	1	0,351	
PUA11	0	0,000	
PUA12	0	0,000	
PUA13	0	0,000	
PUA14	0	0,000	
PUA15	0	0,000	
PUA16	3	1,053	
PUA17	3	1,053	
PUA18	0	0,000	
PUA19	0	0,000	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	3	1,05263	
PUA4	2	0,70175	Σ 12,9825
PUA5	2	0,70175	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	3	1,05263	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	2	0,70175	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	3	1,05263	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	0	0	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	0	0	
PUA19	2	0,70175	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	2	0,70175	
PUA4	2	0,70175	Σ 13,3333
PUA5	2	0,70175	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	2	0,70175	
PUA11	2	0,70175	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	2	0,70175	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	3	1,05263	
PUA16	2	0,70175	
PUA17	2	0,70175	
PUA18	0	0	
PUA19	3	1,05263	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	3	1,05263	
PUA4	1	0,35088	Σ 12,9825
PUA5	3	1,05263	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	3	1,05263	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	2	0,70175	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	1	0,35088	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	1	0,35088	
PUA19	0	0	

CINESYSTEM			45,0097	DTCOM-DIRECT			38,5828	ECONORTE			47,309	INEPAR			39,1296
PCON1	0	0		PCON1	0	0		PCON1	0	0		PCON1	2	1,48148	
PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222		PCON2	0	0		PCON2	2	1,48148	
PCON3	3	2,22222		PCON3	1	0,74074		PCON3	3	2,22222		PCON3	2	1,48148	
PCON4	0	0		PCON4	0	0		PCON4	2	1,48148		PCON4	1	0,74074	
PCON5	3	2,22222	Σ 10,3704	PCON5	3	2,22222	Σ 8,14815	PCON5	2	1,48148	Σ 7,40741	PCON5	2	1,48148	Σ 12,5926
PCON6	1	0,74074		PCON6	0	0		PCON6	0	0		PCON6	1	0,74074	
PCON7	0	0		PCON7	0	0		PCON7	1	0,74074		PCON7	3	2,22222	
PCON8	1	0,74074		PCON8	3	2,22222		PCON8	2	1,48148		PCON8	3	2,22222	
PCON9	3	2,22222		PCON9	1	0,74074		PCON9	0	0		PCON9	1	0,74074	
PSER1	1	0,66667		PSER1	2	1,33333		PSER1	2	1,33333		PSER1	1	0,66667	
PSER2	3	2		PSER2	3	2		PSER2	3	2		PSER2	3	2	
PSER3	1	0,66667		PSER3	3	2		PSER3	1	0,66667		PSER3	1	0,66667	
PSER4	0	0		PSER4	0	0		PSER4	3	2		PSER4	1	0,66667	
PSER5	0	0	Σ 10	PSER5	3	2	Σ 12,6667	PSER5	3	2	Σ 14	PSER5	3	2	Σ 8,66667
PSER6	2	1,33333		PSER6	1	0,66667		PSER6	1	0,66667		PSER6	0	0	
PSER7	1	0,66667		PSER7	1	0,66667		PSER7	2	1,33333		PSER7	0	0	
PSER8	2	1,33333		PSER8	3	2		PSER8	2	1,33333		PSER8	3	2	
PSER9	3	2		PSER9	1	0,66667		PSER9	1	0,66667		PSER9	0	0	
PSER10	2	1,33333		PSER10	2	1,33333		PSER10	3	2		PSER10	1	0,66667	
PSS1	0	0		PSS1	0	0		PSS1	2	1,48148		PSS1	3	2,22222	
PSS2	2	1,48148		PSS2	1	0,74074		PSS2	2	1,48148		PSS2	3	2,22222	
PSS3	1	0,74074		PSS3	2	1,48148		PSS3	1	0,74074		PSS3	1	0,74074	
PSS4	0	0		PSS4	0	0		PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074	
PSS5	2	1,48148	Σ 8,14815	PSS5	0	0	Σ 5,92593	PSS5	0	0	Σ 9,62963	PSS5	2	1,48148	Σ 10,3704
PSS6	1	0,74074		PSS6	2	1,48148		PSS6	0	0		PSS6	0	0	
PSS7	3	2,22222		PSS7	0	0		PSS7	2	1,48148		PSS7	0	0	
PSS8	1	0,74074		PSS8	1	0,74074		PSS8	2	1,48148		PSS8	1	0,74074	
PSS9	1	0,74074		PSS9	2	1,48148		PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222	
PPS1	1	0,83333		PPS1	0	0		PPS1	0	0		PPS1	0	0	
PPS2	0	0		PPS2	0	0		PPS2	0	0		PPS2	0	0	
PPS3	2	1,66667		PPS3	0	0		PPS3	3	2,5		PPS3	0	0	
PPS4	1	0,83333	Σ 6,66667	PPS4	0	0	Σ 1,66667	PPS4	2	1,66667	Σ 7,5	PPS4	0	0	Σ 0,83333
PPS5	0	0		PPS5	0	0		PPS5	1	0,83333		PPS5	0	0	
PPS6	1	0,83333		PPS6	0	0		PPS6	1	0,83333		PPS6	0	0	
PPS7	3	2,5		PPS7	0	0		PPS7	0	0		PPS7	1	0,83333	
PPS8	0	0		PPS8	2	1,66667		PPS8	2	1,66667		PPS8	0	0	
PUA1	1	0,35088		PUA1	1	0,35088		PUA1	2	0,70175		PUA1	3	1,05263	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	2	0,70175	Σ 9,82456
PUA5	3	1,05263	
PUA6	2	0,70175	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	0	0	
PUA9	1	0,35088	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	1	0,35088	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	0	0	
PUA17	2	0,70175	
PUA18	0	0	
PUA19	2	0,70175	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	2	0,70175	
PUA4	3	1,05263	Σ 10,1754
PUA5	2	0,70175	
PUA6	2	0,70175	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	0	0	
PUA9	2	0,70175	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	2	0,70175	
PUA12	0	0	
PUA13	0	0	
PUA14	0	0	
PUA15	0	0	
PUA16	3	1,05263	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	0	0	
PUA19	3	1,05263	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	1	0,35088	Σ 8,77193
PUA5	0	0	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	2	0,70175	
PUA12	0	0	
PUA13	2	0,70175	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	0	0	
PUA17	2	0,70175	
PUA18	0	0	
PUA19	3	1,05263	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	2	0,70175	Σ 6,66667
PUA5	2	0,70175	
PUA6	2	0,70175	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	2	0,70175	
PUA9	2	0,70175	
PUA10	1	0,35088	
PUA11	0	0	
PUA12	0	0	
PUA13	0	0	
PUA14	0	0	
PUA15	0	0	
PUA16	0	0	
PUA17	1	0,35088	
PUA18	0	0	
PUA19	0	0	

METAL IGUACU			31,8519	OURO VERDE			67,2281	PARANA			76,3918	POSITIVO TEC			64,7953
PCON1	1	0,74074		PCON1	3	2,22222		PCON1	3	2,22222		PCON1	1	0,74074	
PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222	
PCON3	2	1,48148		PCON3	3	2,22222		PCON3	3	2,22222		PCON3	3	2,22222	
PCON4	0	0		PCON4	1	0,74074		PCON4	0	0		PCON4	2	1,48148	
PCON5	3	2,22222	Σ 10,3704	PCON5	3	2,22222	Σ 16,2963	PCON5	3	2,22222	Σ 15,5556	PCON5	3	2,22222	Σ 15,5556
PCON6	0	0		PCON6	3	2,22222		PCON6	3	2,22222		PCON6	3	2,22222	
PCON7	1	0,74074		PCON7	2	1,48148		PCON7	1	0,74074		PCON7	2	1,48148	
PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222	
PCON9	1	0,74074		PCON9	1	0,74074		PCON9	2	1,48148		PCON9	1	0,74074	
PSER1	1	0,66667		PSER1	3	2		PSER1	3	2		PSER1	1	0,66667	
PSER2	2	1,33333		PSER2	3	2		PSER2	3	2		PSER2	3	2	
PSER3	0	0		PSER3	3	2		PSER3	2	1,33333		PSER3	1	0,66667	
PSER4	1	0,66667		PSER4	1	0,66667		PSER4	2	1,33333		PSER4	1	0,66667	
PSER5	3	2	Σ 6,66667	PSER5	3	2	Σ 16	PSER5	3	2	Σ 18	PSER5	3	2	Σ 13,3333
PSER6	1	0,66667		PSER6	2	1,33333		PSER6	3	2		PSER6	3	2	
PSER7	0	0		PSER7	3	2		PSER7	3	2		PSER7	1	0,66667	
PSER8	1	0,66667		PSER8	3	2		PSER8	3	2		PSER8	1	0,66667	
PSER9	0	0		PSER9	1	0,66667		PSER9	3	2		PSER9	3	2	
PSER10	1	0,66667		PSER10	2	1,33333		PSER10	2	1,33333		PSER10	3	2	
PSS1	1	0,74074		PSS1	2	1,48148		PSS1	1	0,74074		PSS1	2	1,48148	
PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222	
PSS3	1	0,74074		PSS3	2	1,48148		PSS3	2	1,48148		PSS3	2	1,48148	
PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074	
PSS5	2	1,48148	Σ 8,14815	PSS5	0	0	Σ 10,3704	PSS5	2	1,48148	Σ 15,5556	PSS5	2	1,48148	Σ 15,5556
PSS6	0	0		PSS6	1	0,74074		PSS6	3	2,22222		PSS6	2	1,48148	
PSS7	0	0		PSS7	1	0,74074		PSS7	3	2,22222		PSS7	3	2,22222	
PSS8	1	0,74074		PSS8	1	0,74074		PSS8	3	2,22222		PSS8	3	2,22222	
PSS9	2	1,48148		PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222	
PPS1	0	0		PPS1	3	2,5		PPS1	3	2,5		PPS1	2	1,66667	
PPS2	0	0		PPS2	3	2,5		PPS2	3	2,5		PPS2	0	0	
PPS3	0	0		PPS3	3	2,5		PPS3	3	2,5		PPS3	3	2,5	
PPS4	0	0	Σ 0	PPS4	0	0	Σ 13,3333	PPS4	1	0,83333	Σ 15	PPS4	0	0	Σ 6,66667
PPS5	0	0		PPS5	3	2,5		PPS5	3	2,5		PPS5	1	0,83333	
PPS6	0	0		PPS6	1	0,83333		PPS6	1	0,83333		PPS6	1	0,83333	
PPS7	0	0		PPS7	1	0,83333		PPS7	1	0,83333		PPS7	1	0,83333	
PPS8	0	0		PPS8	2	1,66667		PPS8	3	2,5		PPS8	0	0	
PUA1	3	1,05263		PUA1	1	0,35088		PUA1	2	0,70175		PUA1	1	0,35088	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	3	1,05263	Σ 6,66667
PUA5	0	0	
PUA6	2	0,70175	
PUA7	0	0	
PUA8	0	0	
PUA9	2	0,70175	
PUA10	2	0,70175	
PUA11	2	0,70175	
PUA12	1	0,35088	
PUA13	0	0	
PUA14	0	0	
PUA15	0	0	
PUA16	0	0	
PUA17	1	0,35088	
PUA18	0	0	
PUA19	1	0,35088	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	3	1,05263	
PUA4	3	1,05263	Σ 11,2281
PUA5	2	0,70175	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	1	0,35088	
PUA13	0	0	
PUA14	0	0	
PUA15	0	0	
PUA16	2	0,70175	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	0	0	
PUA19	1	0,35088	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	2	0,70175	
PUA4	3	1,05263	Σ 12,2807
PUA5	3	1,05263	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	1	0,35088	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	2	0,70175	
PUA16	0	0	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	0	0	
PUA19	0	0	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	3	1,05263	
PUA4	3	1,05263	Σ 13,6842
PUA5	2	0,70175	
PUA6	2	0,70175	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	0	0	
PUA9	2	0,70175	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	3	1,05263	
PUA13	3	1,05263	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	3	1,05263	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	2	0,70175	
PUA19	1	0,35088	

ALL NORTE			65,5731	ALL PAULISTA			65,5731	RUMOS S.A.			65,5731	TCP TERMINAL			48,8752
PCON1	1	0,74074		PCON1	1	0,74074		PCON1	1	0,74074		PCON1	2	1,48148	
PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222		PCON2	3	2,22222	
PCON3	3	2,22222		PCON3	3	2,22222		PCON3	3	2,22222		PCON3	2	1,48148	
PCON4	2	1,48148		PCON4	2	1,48148		PCON4	2	1,48148		PCON4	1	0,74074	
PCON5	3	2,22222	Σ 15,5556	PCON5	3	2,22222	Σ 15,5556	PCON5	3	2,22222	Σ 15,5556	PCON5	3	2,22222	Σ 13,3333
PCON6	3	2,22222		PCON6	3	2,22222		PCON6	3	2,22222		PCON6	3	2,22222	
PCON7	1	0,74074		PCON7	1	0,74074		PCON7	1	0,74074		PCON7	0	0	
PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222		PCON8	3	2,22222	
PCON9	2	1,48148		PCON9	2	1,48148		PCON9	2	1,48148		PCON9	1	0,74074	
PSER1	1	0,66667		PSER1	1	0,66667		PSER1	1	0,66667		PSER1	1	0,66667	
PSER2	3	2		PSER2	3	2		PSER2	3	2		PSER2	3	2	
PSER3	2	1,33333		PSER3	2	1,33333		PSER3	2	1,33333		PSER3	3	2	
PSER4	3	2		PSER4	3	2		PSER4	3	2		PSER4	3	2	
PSER5	3	2	Σ 14,6667	PSER5	3	2	Σ 14,6667	PSER5	3	2	Σ 14,6667	PSER5	3	2	Σ 12,6667
PSER6	3	2		PSER6	3	2		PSER6	3	2		PSER6	1	0,66667	
PSER7	1	0,66667		PSER7	1	0,66667		PSER7	1	0,66667		PSER7	1	0,66667	
PSER8	3	2		PSER8	3	2		PSER8	3	2		PSER8	1	0,66667	
PSER9	1	0,66667		PSER9	1	0,66667		PSER9	1	0,66667		PSER9	1	0,66667	
PSER10	2	1,33333		PSER10	2	1,33333		PSER10	2	1,33333		PSER10	2	1,33333	
PSS1	1	0,74074		PSS1	1	0,74074		PSS1	1	0,74074		PSS1	3	2,22222	
PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222		PSS2	3	2,22222	
PSS3	2	1,48148		PSS3	2	1,48148		PSS3	2	1,48148		PSS3	1	0,74074	
PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074		PSS4	1	0,74074		PSS4	2	1,48148	
PSS5	2	1,48148	Σ 13,3333	PSS5	2	1,48148	Σ 13,3333	PSS5	2	1,48148	Σ 13,3333	PSS5	0	0	Σ 9,62963
PSS6	0	0		PSS6	0	0		PSS6	0	0		PSS6	0	0	
PSS7	3	2,22222		PSS7	3	2,22222		PSS7	3	2,22222		PSS7	1	0,74074	
PSS8	3	2,22222		PSS8	3	2,22222		PSS8	3	2,22222		PSS8	0	0	
PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222		PSS9	3	2,22222	
PPS1	2	1,66667		PPS1	2	1,66667		PPS1	2	1,66667		PPS1	0	0	
PPS2	1	0,83333		PPS2	1	0,83333		PPS2	1	0,83333		PPS2	0	0	
PPS3	0	0		PPS3	0	0		PPS3	0	0		PPS3	0	0	
PPS4	1	0,83333	Σ 8,33333	PPS4	1	0,83333	Σ 8,33333	PPS4	1	0,83333	Σ 8,33333	PPS4	0	0	Σ 1,66667
PPS5	1	0,83333		PPS5	1	0,83333		PPS5	1	0,83333		PPS5	0	0	
PPS6	1	0,83333		PPS6	1	0,83333		PPS6	1	0,83333		PPS6	0	0	
PPS7	2	1,66667		PPS7	2	1,66667		PPS7	2	1,66667		PPS7	1	0,83333	
PPS8	2	1,66667		PPS8	2	1,66667		PPS8	2	1,66667		PPS8	1	0,83333	
PUA1	3	1,05263		PUA1	3	1,05263		PUA1	3	1,05263		PUA1	1	0,35088	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	2	0,70175	Σ 13,6842
PUA5	3	1,05263	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	1	0,35088	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	1	0,35088	
PUA13	3	1,05263	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	3	1,05263	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	1	0,35088	
PUA19	1	0,35088	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	2	0,70175	Σ 13,6842
PUA5	3	1,05263	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	1	0,35088	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	1	0,35088	
PUA13	3	1,05263	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	3	1,05263	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	1	0,35088	
PUA19	1	0,35088	

PUA2	3	1,05263	
PUA3	1	0,35088	
PUA4	2	0,70175	Σ 13,6842
PUA5	3	1,05263	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	1	0,35088	
PUA8	1	0,35088	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	1	0,35088	
PUA13	3	1,05263	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	3	1,05263	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	1	0,35088	
PUA19	1	0,35088	

PUA2	1	0,35088	
PUA3	2	0,70175	
PUA4	2	0,70175	Σ 11,5789
PUA5	2	0,70175	
PUA6	3	1,05263	
PUA7	2	0,70175	
PUA8	0	0	
PUA9	3	1,05263	
PUA10	3	1,05263	
PUA11	3	1,05263	
PUA12	2	0,70175	
PUA13	2	0,70175	
PUA14	1	0,35088	
PUA15	0	0	
PUA16	2	0,70175	
PUA17	3	1,05263	
PUA18	0	0	
PUA19	1	0,35088	